



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/10/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a presença dos Srs. Vereadores: Aurélio Nomura e Ricardo Nunes, na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 10ª Audiência Pública do ano de 2014, 3ª audiência pública temática do PL 467/14, Orçamento de 2015. Registro a presença do Sr. Luiz Barbosa, “Luizinho” da Penha.

Temas: Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; Fundo de Assistência Social; Secretaria de Promoção e Igualdade Racial e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público em geral, no portal da Câmara Municipal de São Paulo www.camara.sp.gov.br, links audiências públicas, registro escrito.

Foram convidados a participar dessa audiência os Srs: Arthur Henrique da Silva Santos, Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Luciana de Toledo Temer Lulia, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Antônio da Silva Pinto, Secretário de Promoção e Igualdade Racial; Denise Motta Dau, Secretária Municipal de Políticas Para as Mulheres.

As inscrições para os pronunciamentos deverão ser feitas junto à secretaria da Comissão.

Vou suspender a reunião por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Secretário Arthur Henrique da Silva Santos, Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Muito obrigado, nobre

Vereador. Cumprimento todos os presentes.

Gostaria de fazer uma rápida apresentação, como todos sabem, chegamos à Secretaria final do mês de março, início de abril, e portanto, faremos uma rápida apresentação a respeito das principais tarefas que nos propomos a realizar na Secretaria para poder entrar no debate do Orçamento.

A primeira questão, elaborar e executar concepção que estamos implementando na Secretaria. Elaborar e executar políticas públicas que articule o desenvolvimento, o trabalho e geração de renda. Superar a fragmentação e a segmentação de projetos e políticas é uma das principais tarefas dessa Secretaria, a ideia de você superar a fragmentação, existente, até então, transformar essas ações pontuais em ações cada vez mais estratégicas e regionalizadas de complementaridade sempre valorizando os trabalhadores na busca da visão da Cidade de São Paulo e sua população aspira. Temos, na Secretaria, uma estratégia, em vários eixos. O primeiro deles na área do trabalho, fortalecer as ações de qualificação, geração de emprego e renda, baseado em áreas e seguimentos estratégicos, conforme estudos regionalizados, articulados com as Secretarias Municipais e subprefeituras. Área de desenvolvimento econômico consolidar uma concepção de desenvolvimento local, sustentável e solidário, objetivando a geração de emprego e renda.

A área de cooperativismo e da economia solidária construir base para a Constituição de uma coordenadoria de economia solidária e cooperativismo social na cidade de São Paulo. A área de segurança alimentar e nutricional, implementar, implantar a política de segurança alimentar e nutricional e o sistema municipal de segurança alimentar e nutricional.

Quando assumimos a Secretaria, foi feita a transferência da supervisão de abastecimento para a Secretaria do Trabalho, e portanto, estamos trabalhando pela implementação de uma coordenação de segurança alimentar e nutricional na Cidade de São Paulo. E ADSampa, Agência São Paulo e Desenvolvimento, promover a execução de políticas de desenvolvimento local, especialmente as que contribuem para o crescimento econômico,

atração dos investimentos, a redução das desigualdades regionais, a competitividade da economia, a geração de emprego e renda, empreendedorismo, a economia solidária e a inovação tecnológico.

Dentro dessa concepção e desses grandes eixos estratégicos as principais ações a serem desenvolvidas e estão sendo desenvolvidas desde já e algumas que vão se aprofundar ao longo de 2015, implementar o programa “Vai Tec”, fortalecer o programa braços abertos e a sua intersecretarialidade com Smads, Saúde, e agora com ampliação do programa Braços Abertos, com foco na nossa opinião, na inclusão produtiva, na busca pela inclusão produtiva; implementar o parque tecnológico da zona Leste; desenvolver política municipal de ciência e tecnologia; efetivar o projeto circuito de compras; implantar políticas de crédito e micro crédito na Cidade de São Paulo; São Paulo empreendedora, fomentando estratégias para o empreendedorismo; apoiar e fomentar a economia popular e solidária; fortalecer o desenvolvimento local; constituir e efetivar os núcleos de desenvolvimento local; apoiar e constituir arranjos produtivos locais, temos vários projetos em relação a área têxtil, de gastronomia, constituir o fórum metropolitano de desenvolvimento; potencializar o Pronatec – aqui, evidentemente, com a necessidade de aprovar os projetos de operacionalização e organização, da nossa Fundatec, Fundação Paulistana, que vai propiciar, a partir dessa aprovação da legislação que está nessa Casa, que o Município de São Paulo, passa a ter mais uma possibilidade de ampliar a oferta de cursos do Pronatec – Consolidar agenda do trabalho descente, com a aprovação do comitê gestor, e implantar o observatório do trabalho, ainda este ano, mapeamento e reflexão sobre o futuro do mercado trabalho no Município de São Paulo; fortalecer as feiras livres e orgânicas por meio de parcerias com cooperativas; transformar a Central Leste e parte do Pari, em centrais de abastecimento que atenda aos consumidores com preços justo e logística apropriados, necessária adequação do espaço físico e legislação específica; desenvolver programa de destino adequado aos resíduos sólidos; implementar centro de referência em segurança alimentar, e nutricional. O primeiro deles, já

cumprindo a meta, será agora, aqui na Vila Maria, primeira implantação do primeiro centro de referência em segurança alimentar; implementar o projeto Cem hortas urbanas, parcerias com as associações comunitárias, Sabesp, Eletropaulo e Secretaria do Verde e Meio Ambiente; promover o desenvolvimento local, atrelado à agricultura e conservação ambiental para a região Sul da cidade, incubadora de iniciativas; apoio às iniciativas de sociativismo e cooperativismo, beneficiamento e industrialização. Viabilizar assistência técnica e fomento da Agricultura Urbana e Periurbana, estruturação das casas de agricultura ecológica e protocolo de transição agroecológica para o fortalecimento da produção orgânica no Município de São Paulo; apoiar a comercialização da produção agrícola da cidade, com feiras de produtos orgânicos, boxes e espaços da agricultura familiar e a alimentação escolar, que já vinha em curso sendo realizada.

Hoje, na Secretaria Municipal do Trabalho há a Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico; a Coordenadoria do Trabalho. Nossa proposta – que está sendo discutida graças às restrições orçamentárias ainda não possibilitando aprovação de nova estrutura -, estamos trabalhando com uma estrutura para criar a Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo; a Coordenação de Economia Solidária; e a Coordenação de Administração e Finanças. Hoje, são supervisões e a proposta é a reformulação da estrutura organizacional, avançando para isso.

Por fim, trago um resumo. No debate podemos tirar as dúvidas e com as perguntas ampliar e detalharmos as questões. De forma ampla, temos então na administração da unidade, que envolve Gestão e Manutenção Administrativa, da fonte 00, o valor são 29,842 milhões, incluindo: Vencimentos, Manutenção, Custeio e Equipamentos, Implantação e Operação do Sistema de Informação e Comunicação da Secretaria com outras secretarias e a Prodam.

Na Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada, como eu disse é hoje uma supervisão, já foi uma secretaria, a Secretaria de Abastecimento, transformou-se

em supervisão, estava ligada à Coordenação de Subprefeituras e agora está na Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. Dentro da política de segurança alimentar e nutricional, estamos colocando administração e propostas para 878 feiras livres, 15 mercados; 17 sacolões e 5 mercados de flores; e banco de alimentos. Banco de alimentos que será o primeiro centro de referencia com toda estrutura sendo montada para aprovação do 1º Centro de Referencia em Segurança Alimentar. Os outros são três centros de referencia em segurança alimentar e nutricional, agricultura urbana, 100 hortas urbanas, totalizando 10 milhões da fonte 00 e 35 milhões da fonte 02. Na fonte 02 estamos falando principalmente do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e MDA, com projetos em relação a banco de alimentos e ao centro de referencia.

Na Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico, o centro é a estratégia do desenvolvimento econômico sustentável; fomento às cadeias produtivas; inclusão produtiva; incentivo à economia popular solidária; a formalização dos microempreendedores individuais e o parque tecnológico. Aqui novamente 9,9 milhões da fonte 00 e 40 milhões da fonte 02 diz respeito, grande parte, 30 milhões, 20 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia; 10 milhões do Governo do Estado, a partir da aprovação da nossa inclusão no parque tecnológico. Então, na verdade, são valores que colocam uma proposta para ampliar a garantia de recursos das fontes 02 e 03.

Na Coordenadoria do Trabalho, políticas de emprego, trabalho e renda; serviço de atendimento no Centro de Apoio ao Trabalhador; qualificação social e profissional; o Pronatec; o Programa Bolsa-Trabalho; Programa Operação Trabalho. Desenvolvendo aí 38 milhões da fonte 00 e 38 milhões da fonte 02.

Por fim, a Agência São Paulo de Desenvolvimento – ADSampa, microcrédito, legislações, quer dizer, marco regulatório em apoio às micro e pequenas empresas na cidade de São Paulo. Projetos VAI TEC, 11,3 milhões; e 0 na fonte 02. Aqui o programa VAI TEC com 100% de recursos do Município de São Paulo. Totalizando então 113 milhões na fonte 02.

Queremos dar um panorama geral. E dizer que não é só a vinda do Abastecimento para a Coordenação da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, mas há ampliação de programas e a garantia de que há programas e projetos mais estruturantes, que possam dialogar com as principais necessidades da população, em especial a população da zona Leste, das periferias e com muita ação nos territórios por meio das subprefeituras.

Era isso, estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Anuncio a presença do Vereador Dalton Silvano, que substitui nesta audiência o Vereador Abou Anni.

Inicia com as perguntas o Vereador relator Ricardo Nunes. Está inscrito, na sequência, o Vereador Nomura.

As inscrições estão abertas, dirijam-se à secretaria.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, que preside a audiência.

O Vereador Aurélio Nomura quer fazer uma questão de ordem.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Secretário, está ocorrendo uma divergência. Se fizermos a soma dará 213 milhões. O documento a nós encaminhado soma 193 milhões. Gostaria de entender a divergência.

- Pausa.

O SR. RICARDO NUNES – Posso colaborar com o seguinte: não está incluso, Secretário Arhur, a despesa estadual 03. São 10 milhões.

- Pausa.

O SR. RICARDO NUNES – Entendi.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - A primeira, com certeza, é da fonte 03. Não está discriminado na fonte 03 e tirando 10... Ainda há 10 milhões que precisamos encontrar. No nosso quadro de detalhamento de despesa, nós... Preciso ver, mas está aqui 213 milhões.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – No quadro de detalhamento de despesas...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, se a sua secretaria está conseguindo trazer recursos, precisamos saber... Tá difícil de arrumar dinheiro, viu Secretário? (Risos)

Secretário, vou pontuar alguns assuntos. Tem sido recorrente nas audiências de todas as secretarias e órgãos o elevado valor destinado à manutenção do sistema de informação e comunicação. Está aumentando 167%, de 1,5 milhão em 2014 para 4 milhões e três mil reais. A pergunta que eu faria ao senhor é o porquê do aumento, e se isso é proveniente de contrato com a Prodam. Tinha percebido bastante aumento de despesa com a Prodam.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES - Então, aumentou 167%.

Outra questão - que também tem uma elevação considerável - é a administração da unidade: de 9,961 milhões, foi para 25,8 milhões. Aumentou 160%.

O senhor comentou aí que está assumindo a parte do abastecimento, não é? Mas o abastecimento tem uma estrutura pequena e teve um aumento bem considerável aqui. Possivelmente deve estar aqui alguma coisa relacionada ao reajuste dos servidores, mas se o senhor puder, depois, detalhar, eu agradeço.

Com relação à capacitação, formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores, também houve um aumento bem considerável: o dobro de 6,150 milhões para 12,800 milhões, com o acréscimo de 109%.

Com relação a fomento às cadeias produtivas e projetos locais, também na Fonte 00 - e a sua Secretaria é bastante privilegiada, tem bastantes recursos da Fonte 00 -, nós também temos uma elevação: em 2014, 335 mil, para 4,5 milhões.

A outra questão é com relação à operação e manutenção dos Centros de Apoio ao Trabalho: de 33 milhões, em 2014, para 48,7 milhões, em 2015 - também bastante considerável.

Outra questão é a não execução das emendas parlamentares, não é? Há algumas aqui, e percebemos que é o senhor tinha um dinheiro disponível, durante 2014, e, até o presente momento, não foi liquidado, como, por exemplo: 100 mil reais para Escola Profissionalizante Dr. Luiz Diogenes Zeppelini; também 100 mil reais para a Associação pelo Desenvolvimento e Educação Profissional.

Essa pergunta, Secretário, se faz por conta de podermos entender se está havendo alguma dificuldade na execução das emendas parlamentares.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - Desculpa, Vereador. Qual é a segunda?

O SR. RICARDO NUNES – São 100 mil reais para a Camp Norte Escola Profissionalizante Dr. Luiz Diogenes Zeppelini e 100 mil reais para a Associação pelo Desenvolvimento Educacional e Profissional, do Campo Belo.

De forma geral, o Orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, de 2014, de 66,964 (?) milhões, está indo para 119,429 milhões, não é? Então, é muito importante fazer essa elevação de receita para sua Secretaria, mas é um valor bastante considerável, de quase 50 milhões. E aí, se pudermos entender, porque o que temos percebido é uma falta de recurso grande em várias áreas. Se pudermos entender, de uma forma geral, esse aumento de receita, porque teremos de fazer algumas alterações no Orçamento, por conta de setores da Cidade que estão bastante defasados, como, por exemplo, o Serviço Funerário, que não tem nenhum centavo da Fonte 00.

Outra questão, Secretário, é com relação à Fonte 02, recurso federal: havia previsto, em 2014, 10 milhões de reais, não é? E não foi utilizado – pelo menos até a presente data - nada desse valor. Estava previsto esse recurso para 2014 e não foi realizado - e existe uma

proposta de 35 milhões. Então, a pergunta, Secretário: se tínhamos 10 milhões de recurso federal para 2014 e até o presente momento não foram utilizados, o que justificaria colocarmos 35 milhões para 2015? Porque uma das coisas que temos percebido também é a dificuldade de receber os recursos federais. Então, para podermos entender.

O mesmo ocorre, Secretário, com relação à Fonte 03, recursos estaduais: também estavam previstos 10 milhões e, até o presente momento aqui, não foram utilizados, e volta a proposta para 2015. Para podemos entender o que seria esse recurso estadual e a dificuldade de executá-lo.

Com relação a recursos condicionados, não há nada.

Agora, outra questão: temos, em Outras Despesas, o valor de 103 milhões, sendo que desses 103,431 milhões, onde, da Fonte 00, por exemplo, temos lá um valor de 45,784 milhões para serviços de pessoa jurídica; e, da Fonte 02, 21,306 milhões, também para serviços de pessoa jurídica. Se o senhor puder nos orientar, nos informar o que seria essa contratação de pessoa jurídica, bastante considerável, 45 milhões, não é?

Outra questão, Secretário: está prevista a criação do Parque Tecnológico da Zona Leste, há um valor de 47 milhões. Se o senhor puder dar um detalhamento com relação a esse investimento de 47 milhões para a criação do Parque Tecnológico da Zona Leste, eu agradeceria.

Como também a implantação do Centro de Referência em Segurança Alimentar, em São Mateus: 20,5 milhões.

Por outro lado, Secretário, a implantação do Centro de Referência em Segurança Alimentar, no CEU da M'Boi Mirim, é de 2,6 milhões.

Então, se o senhor puder nos explicar a diferença aqui: para M'Boi Mirim, é de 2,620 milhões, enquanto que, para São Mateus, é de 20,5 milhões, para podermos entender a diferença, também agradeceria.

Outra questão: a operação e manutenção dos Centros de Apoio ao trabalho, que

são os CATs: 48,781 milhões. Se o senhor puder dar uma pequena explanação da quantidade de CATs que temos na cidade, e se esse valor de 48 milhões atende ou falta ou se podemos, de repente, remanejar para alguma outra Secretaria.

A princípio, eu ficaria satisfeito com essas informações, Secretário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Vereador.

Vou passar, então, para o Secretário Arthur Henrique, para suas respostas.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - Bem, Vereador, primeiro...

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vou passar a palavra para o Secretário, enquanto os Vereadores acertam aí a ordem.

Secretário.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - Obrigado.

Não, primeiro, fazer uma consideração de caráter geral, para entender a modificação importante que foi feita, do ano passado para este ano, em dois aspectos. A primeira: não é pouca coisa a transferência da Supervisão do Abastecimento, com toda a estrutura que, só no ano passado, estava colocada dentro da Coordenação de Subprefeituras, que atingiu o orçamento de aproximadamente 16 milhões de reais. Então, quando estamos falando do aumento para este ano, temos de considerar que não houve um aumento de recurso para a Secretaria, senão o aumento das tarefas que a Secretaria passou a assumir, a partir da transferência da Supervisão de Abastecimento, que envolve, como eu disse na apresentação, as 878 feiras, mercados, sacolões e toda a articulação na implementação da proposta dos Centros de Referência.

Assim, a primeira questão de caráter geral é que estamos falando de um volume de recursos que veio da Coordenação de Subprefeituras e, portanto, não dá para comparar o Orçamento de 2014 com o Orçamento de 2015, sem fazer essa diferença da transferência da

Secretaria de Abastecimento.

Segundo, em relação às propostas dos Centros de Referência. Como eu disse, o primeiro - já a ser inaugurado neste ano de 2014, na Vila Maria -, e a diferença existente entre São Mateus, 20 milhões, e M'Boi Mirim, 2,6 milhões, porque estamos falando de M'Boi Mirim onde já existe um espaço e um prédio construído, e basta fazer as alterações necessárias na reforma para a adaptação ao Centro de Referência; e, no caso de São Mateus, estamos falando da construção nova de um novo Centro de Referência, a partir do zero. É por isso que há essa diferença colocada nas duas questões.

Em relação à Fonte 02 e Fonte 03, repetimos este ano, Vereador, os dados e os valores relativos à implementação do Parque Tecnológico da Zona Leste. Por que isso? Não é porque estávamos com o recurso garantido e não conseguimos gastá-lo. É porque ainda temos processos administrativos e processos internos, como, por exemplo: a garantia da comprovação dos 200 mil metros quadrados de terreno para a implantação do Parque Tecnológico; a operacionalização da entidade gestora do Parque Tecnológico; e a nossa documentação para o credenciamento definitivo, junto aos órgãos de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Por isso que - como essas questões não vão estar resolvidas até o final de 2014 - é absolutamente fundamental manter o recurso, mesmo da Fonte 02 e mesmo da Fonte 03, em relação ao Parque Tecnológico, porque eles vão acontecer no ano que vem, no ano de 2015. Então, com relação ao Parque Tecnológico, essa é a questão principal.

Sobre as emendas parlamentares, estou pedindo aqui para o pessoal levantar, mas todas as emendas parlamentares em que houve articulação com entidades, com a própria autoria da emenda parlamentar e plano de trabalho, já estão sendo implementadas para execução orçamentária este ano. Aqui pode acontecer de alguma emenda - estou pedindo para o pessoal levantar -, por exemplo, alguma emenda que ainda não tenha plano de trabalho efetivado com a organização indicada ou colocada pela autoria da emenda, que não consigamos fazer ainda este ano. Mas estamos trabalhando firmemente para todas as

emendas parlamentares terem execução orçamentária garantida este ano, desde que consigamos ter plano de trabalho, evidentemente, até o final do ano.

Duas questões aqui para que possamos saber o tamanho e a importância dos Centros de Apoio ao Trabalho, em relação aos valores, relativo aos CATs, Vereador. Temos, na cidade São Paulo, hoje, 43 CATs - Centros de Apoio ao Trabalho, que desenvolvem mais de 10 serviços à população na cidade de São Paulo. Estamos falando de intermediação de mão de obra, seguro-desemprego, emissão de carteira profissional, articulação de cursos de qualificação profissional, oficinas de aprender a fazer currículo, se comportar numa entrevista, ações, por exemplo, de reduzir ações judiciais e, portanto, uma atuação direta entre trabalhadores e empresários, em relação a possíveis demandas judiciais, com a participação dos sindicatos. Então, temos um conjunto de serviços que estão sendo realizados para a população de São Paulo.

Para que vocês possam ter uma ideia, no ano passado, Vereador, os nossos 43 CATs tiveram 1,536 milhão de atendimentos na cidade de São Paulo. Não quer dizer 1,536 milhão pessoas, porque, às vezes, a mesma pessoa tem dois ou três atendimentos. Mas trata-se de 1,343 milhão de atendimentos na cidade de São Paulo, mostrando a importância que estamos dando ao CAT, e isso se desenvolve junto com a sua pergunta em relação a por que há o aumento das pessoas jurídicas na outra rubrica e por que há capacitação de 6 para 12 milhões, aumentando, portanto, o valor.

Queria explicar qual é estratégia nossa, Vereador. Hoje, infelizmente, estamos batendo meta, na cidade de São Paulo, de seguro-desemprego. E não queremos bater meta de seguro-desemprego na cidade de São Paulo, não queremos ter muito atendimento para seguro desemprego. Nós precisamos ter sim o atendimento à intermediação de mão de obra, captação de vagas e, principalmente, a garantia de que nós tenhamos empregos próximos aos locais de trabalho e de moradia das pessoas. Por isso, para 2015, a reorientação estratégica da Secretaria, dentro dos CATs, é fazer muita qualificação profissional, muita articulação com o

setor empresarial, micro, pequenas e grandes empresas, no sentido de que nós, ao invés de priorizar seguro desemprego, possamos priorizar, ao contrário, a intermediação de mão de obra, captar vagas, conversar com as empresas para que usem o Sistema Público de Emprego. É por isso que estamos jogando tanto peso na qualificação profissional e na capacitação.

Realmente, para 2015, esses valores alteram diante da situação de 2014, por uma questão muito simples, nós vamos implementar uma estratégia diferente da que foi adotada até agora na Secretaria, priorizando principalmente o emprego próximo ao local de moradia, a articulação com a economia solidária e os empreendimentos solidários.

Respondo, por fim, à pergunta relacionada com a questão das pessoas jurídicas: nós estamos fazendo todo o trabalho de implementação da planta da indústria têxtil, na zona Leste, com a articulação, economia solidária, empreendedorismo, com volumes de recursos da fonte 02, mas também utilizando fonte 00, para que possamos ter, na cidade de São Paulo, programas e projetos mais abrangentes, mais articulados, envolvidos com a população local no território das subprefeituras, e é por isso que esses valores aumentaram.

Em relação, eu termino, me desculpe, à administração da unidade, volto a insistir, não que estejamos aumentando os gastos, de 9 para 16 milhões. Volto a insistir que temos um valor bastante...

O SR. RICARDO NUNES - De 9 para 25, Secretário.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - De 9 para 25, um aumento de 16. Na verdade, estamos falando de um orçamento, volto a insistir, considerando o abaste de 15,790 milhões, próximo de 16 milhões, que é justamente o valor que o abastecimento tinha nas suas fontes anteriores.

Os 4 milhões de informação e comunicação, referem-se também ao sistema de controle do abastecimento, do microempreendedor individual, abastecimento em relação a todo controle das feiras livres na cidade de São Paulo, georrefenciamento, que começamos a fazer

em relação às feiras. Também em relação ao microempreendedor individual com a sua ampliação, que é uma das estratégias principais que queremos fazer, de forma que a cidade de São Paulo amplie cada vez mais o empreendedorismo, através do microempreendedor individual. Isso tem a ver, evidentemente, com os gastos relacionados com informática e comunicação.

Acho que respondi à maioria. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vou devolver ao relator, mas o Vereador Dalton Silvano pediu um aparte que vou conceder, já combinado com o relator.

O SR. DALTON SILVANO – Inclusive, com relação ao CAT, falei que tinha por enquanto uma pergunta só, vou me inscrever normalmente, se houver necessidade.

Quero cumprimentar o Secretário e fazer uma pergunta. Reconheço a importância do CAT, até porque, sempre falo da Cidade Tiradentes, o lado onde temos atuação, com um grande número de desempregados, nós passamos um momento desagradável, do ponto de vista da Administração. Nós conseguimos implantar o CAT lá, fizemos uma emenda orçamentária, edificamos o equipamento, que em seguida sofreu uma solução de continuidade, por conta da própria empresa prestadora de serviços, aquela que fazia a contratação dos funcionários.

A pergunta que faço é se esse problema foi solucionado, como foi a solução, referente aos contratos para a contratação dos empregados, dos funcionários, dos servidores, que, no fim, acabaram sendo demitidos. Foram treinados, criou-se uma expectativa enorme, no começo tivemos um atendimento fantástico - pelo menos naquela região da Cidade Tiradentes - com relação ao próprio empreendedorismo e ao encaminhamento das pessoas.

Independentemente do orçamento, porque não adianta colocarmos recursos no orçamento se não estivermos preparados, do ponto de vista da licitação e da contratação daquela empresa que vai contratar e treinar os funcionários. Houve uma perda muito grande naquele ato, é claro que não foi culpa da Administração.

Quero saber quais foram os cuidados que foram tomados, se foi feita a licitação, qual foi a empresa contratada e se não correremos, até parece que o CAT vai retornar na segunda-feira, na Cidade Tiradentes. Quero saber se nós não corremos o risco de, novamente, sermos surpreendidos com a demissão de funcionários e com a paralisação das atividades.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Perfeito. Agradeço ao Vereador Dalton Silvano que nos dá a possibilidade de explicar.

E março, quando cheguei na Secretaria, tínhamos um problema com a empresa contratada que já fornecia os serviços de atendimento aos CATs, há cinco anos, na cidade de São Paulo, portanto, estava com o processo próximo do seu fim, do ponto de vista dos valores e do tempo de contrato.

No entanto, a empresa registrava uma série de problemas, de atraso, de repasse de pagamento aos trabalhadores, de repasse de benefícios, como o auxílio alimentação, ou auxílio transporte, resolvemos, naquele momento, de uma maneira colocando os sindicatos, os trabalhadores e a própria empresa discutindo junto à Procuradoria do Trabalho.

Iniciamos rapidamente a licitação para a contratação de uma nova empresa para a prestação de serviço. Tivemos um interregno de três semanas onde, entre o final da prestação de serviço da empresa anterior, a contratação da nova e o processo licitatório, houve a necessidade de suspender temporariamente o atendimento aos cidadãos nos CATs.

Fizemos, com isso, duas ações muito importantes: primeira, criamos um gabinete colocando trabalhadores da própria Secretaria para atender em todas as regiões a população que ali chegava, reorientando para atendimento em vários locais. Isso aconteceu há dois meses. Também uma rápida articulação com a imprensa local, com todas as secretarias, no âmbito da Prefeitura e fora dela, para garantir que o cidadão não tivesse prejuízo na procura do seu serviço.

Tivemos sucesso na licitação, a empresa vencedora foi a BK, que já assumiu. O nosso compromisso foi de, inclusive, fazer com que aqueles trabalhadores que já foram

treinados e que se dispusessem e tivessem vontade de continuar atuando naquele serviço de atendimento aos CATs, pudessem ser procurados pela nova empresa para serem reaproveitados na nova empresa.

Grande parte deles está sendo reaproveitada, inclusive na Cidade Tiradentes já reabrimos 12 CATs nas cinco regiões, temos cinco CATs móveis já preparados para atender à população em cada uma das regiões daquele local.

Nossa intenção é nos próximos 15 a 20 dias abrir todos os outros CATs, chegando aos 38, fora os sete móveis, porque agora estamos na fase de treinamento daqueles que ainda não tinham trabalhado com esse tipo de atendimento. Estamos nessa fase de treinamento nas próximas duas semanas para poder reabrir os demais.

O SR. DALTON SILVANO - Só um aparte para finalizar. Acho de extrema importância recuperar aqueles funcionários que treinaram, que tiveram uma expectativa e poderem dar continuidade ao trabalho. Estou falando isso porque presenciei, vivi a alegria de poder prestar esse tipo de serviço de extrema importância, principalmente para os desempregados e os empreendedores. Agora, gostaria de saber ou, pelo menos, fazer um pedido: da Secretaria acompanhar o pagamento das verbas rescisórias, os AVs legais daqueles que saíram, porque muitas pessoas acabaram ficando na mão. Acabei de receber uma informação, até liguei, havia algumas pessoas trabalhando, eles ainda estão pagando. Estão naquele famoso gerúndio, pergunta: “Pagou?”, resposta: “Estamos pagando”.

Então para que a Secretaria pudesse dar uma atenção especial, até para poder, certamente, deve ter no contrato entre a Secretaria e a empresa que acabou deixando de pagar os haveres dos funcionários qualquer tipo de sanção, no caso de não pagamento. Acho que é importante o Poder Público honrar com aquilo que foi contratado.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - Perfeito. Só para terminar, então, todos os trabalhadores que trabalhavam anteriormente no atendimento e que gostariam, ou se dispuseram a continuar trabalhando na nova empresa, nós articulamos uma conversa

com a empresa que ganhou a licitação para que ela conversasse com esses trabalhadores e pudesse garantir a continuidade deles. Até mesmo porque, como o senhor mesmo falou, já tem cinco anos de trabalho, portanto, não precisam ser treinados novamente e já sabem. Então todos os que quiseram e, portanto, se dispuseram, estão voltando ao trabalho.

Temos acompanhando e cumprido rigorosamente todas as obrigações da Prefeitura junto ao Ministério do Trabalho no convênio Sine, com o pagamento de todos os recursos e de todas as verbas relacionadas com a prestação de serviço pela empresa.

Evidentemente que a nossa responsabilidade é de tentar colaborar, ajudar e fazer todo o possível – como fizemos, inclusive, no mês de março, para que tenhamos o mínimo problema possível com o pagamento dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo-PT) – Passo a palavra, agora, novamente ao Relator para suas perguntas e, em seguida, ao Vereador Aurélio.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Secretário Artur, eu vi agora a questão do ADSampa que nós tínhamos aí, em 2014, um milhão, duzentos e trinta e oito e, agora, está indo para oito milhões, oitocentos e vinte e seis, lembrando que é a Fonte 00 e que até 30 de setembro de 2014 não havia sido liquidado ainda.

Realmente se faz necessário elevar de um milhão e duzentos para oito milhões e oitocentos o gasto com o ADSampa. Que atividades vocês pretendem fazer, em 2015, com relação às oito – quase nove milhões – um aumento de 612%.

Outra questão que eu havia citado é com relação com a operação e manutenção dos Centros de Apoio ao Trabalho. Temos duas fontes de receita. Estava previsto, para 2014, 13 milhões na Fonte 00 e 20 milhões na Fonte 02. Até 30 de setembro de 2014, da Fonte 00, dos 13 milhões, executou-se dez milhões e duzentos. Mas da Fonte 02, Governo Federal, de 20 milhões previstos só foram executados dois milhões e oitocentos. Há previsto, agora, 19 milhões da Fonte 00 para 2015 e 28 milhões e oitocentos da Fonte 02.

Então a questão é: dentro da operação e manutenção dos Centros de Apoio ao

Trabalho, o que é da Fonte 00 foi executado, quer dizer, o serviço andou, mas o que é da Fonte 02 acabou ficando parando, com só dois milhões e oitocentos liquidados.

E essa previsão de 28 milhões da Fonte 02 e 19 da Fonte 00 está de acordo? Parece que não está existindo um mesmo ritmo com relação ao uso dos recursos da Fonte 00 e Fonte 02. Seriam essas duas questões que eu entendo ficou prejudicada na minha primeira leva de perguntas.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - Perfeito, Vereador.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Secretário, faltou uma, perdão. Capacitação e formação e aperfeiçoamento de trabalhadores.

Tínhamos seis milhões e cento e cinquenta, em 2014, e está previsto 12 milhões em 2015. Essa capacitação, formação e aperfeiçoamento, hoje em dia, não tem visto isso ocorrer mais por conta do sistema S: Sesi, Senai? Quer dizer, 12 milhões dentro dessa área, com Fonte de Recursos Zero Zero. Porque, veja, a Fonte de Recursos 02, que estava prevista em 2014, quatro milhões e oitocentos, não foi executada, nem está previsto nada. Quer dizer, com todo respeito que tenho a V.Exa. e até um carinho e admiração, está muito cômodo buscar só recursos onde, efetivamente, deveria a vossa Secretaria se empenhar mais para trazer recursos federais, nesse quesito, de capacitação e informação, desistiu desses recursos, então, só se concentrou em usar 12 milhões e 800 da fonte de recurso do Tesouro Municipal.

Se o senhor puder nos explicar o porquê dessa condução, dessa forma, nesse quesito e, também, se não seria melhor a gente trabalhar mais com o sistema S, Sesi e Senai, Pronatec, em vez de por 12 milhões e 800 para essa questão de capacitação.

Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o Secretário para as respostas.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Obrigado, Vereador.

Primeiro, em relação à ADSampa. Na verdade, nós não estamos falando de um

aumento de 1 milhão e 200 para 8 e 800. Nós temos o programa Vai Tec que vai ser lançado neste ano. É um programa de incentivo a propostas de projetos que melhore a qualidade dos serviços públicos, envolvendo a juventude, descentralizados para as Subprefeituras e com prêmios de até 25 mil reais, conforme a legislação aprovada, inclusive, por esta Casa, quando criou a ADSampa, criou, também, o programa Vai Tec.

O problema é que, até então, ainda não havia a formalização da ADSampa através da sua diretoria, da sua formalização no cartório, com CNPJ, e, agora, toda essa fase de implantação da ADSampa foi concluída, portanto, já estamos em condições para lançar o programa Vai Tec.

Ao 1 milhão e 200 que havia no ano passado tem que acrescentar 2 milhões e meio ou 3 milhões, sendo 500 para comunicação, que era, também, o programa Vai Tec que estava dentro da ADSampa. Com isso, nós estamos...

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, só para ajudar no seu raciocínio... nós já temos previsto para o Vai Tec, na fonte 00, 2 milhões e meio.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Então, nós temos um prêmio de 2 milhões e meio, neste ano, que colocado já para o lançamento e a continuidade desse prêmio, no ano que vem, com mais 2 milhões e meio para ADSampa, para o programa Vai TEc.

Além disso, nós estamos na seguinte situação: a cidade de São Paulo está necessitada de um programa articulado de microcrédito orientado. Com o aumento do número de microempreendedores individuais e com a nossa atuação, colocando dois Agentes de Desenvolvimento local em cada Subprefeitura, a ideia é fazer com que tenhamos, rapidamente, uma demanda muito forte em microcrédito, principalmente, para os microempreendedores individuais nas Subprefeituras, e, por isso, a possibilidade de, no ano que vem, a articulação de projetos nas Subprefeituras para fazer com que a gente tenha crédito para a população através da Agência São Paulo Desenvolvimento.

Então, esse aumento, na verdade, não é um aumento, mas a possibilidade de criar a implantação da ADSampa concretamente e a proposta São Paulo Empreendedora, dentro das Subprefeituras de fato a partir da consolidação da ADSampa e, por isso, esses recursos.

Segundo...

P – Secretário, para não fugirmos desse assunto: então, temos que criar alguma fonte 06, porque se vai ser emprestado o dinheiro, ele vai entrar de novo.

R – Não, veja, nesta fase, nós não estamos falando... aqui é para políticas de fomento a crédito, por exemplo...

P – Não é o empréstimo?

R – Não é de empréstimo direto.

P – Nós vamos gastar 11 milhões só para criar políticas para emprestar?

R – Não. Nós vamos gastar 2 milhões e meio no Vai TEc, que são 100 prêmios de até 25 milhões reais, conforme aprovado, na lei, por esta Casa; vamos gastar 1 milhão e 900 para contratação dos Agentes de Desenvolvimento Local; o programa de incentivo às parcerias com sistema S, em especial, com a Caixa Crescer para a implementação do programa de microcrédito nas Subprefeituras – ai não é a ADSampa emprestando diretamente, mas através da Caixa Econômica e da Caixa Crescer que é o projeto que já está em andamento e tem resultados bastante interessantes.

Então, o gasto, na verdade, o investimento para 2015 da ADSampa é, fundamentalmente, para apoio ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas nas Subprefeituras, de forma descentralizada, articulando com os núcleos de desenvolvimento local.

Depois, podemos até apresentar de forma bastante detalhada todos os custos que envolvem essa questão. Fico à disposição para apresentá-los, tendo em vista o horário, mas fico à disposição para apresentar, inclusive, todas as propostas.

P – O senhor envia, Secretário?

R – Com certeza.

P - Por fim, só para responder, quando estamos falando em capacitação é preciso ter claro o seguinte: todas as nossas propostas relacionadas a isso - continuamos tendo toda articulação com o Pronatec, com o sistema S, articulando com o Comitê Gestor e com as outras Secretarias – estamos falando em programa Operação Trabalho – POT – na verdade, acaba por conta da rubrica, Vereador, ter saído como capacitação e formação, parece que estamos falando só em cursos de formação, mas aqui inclui também os beneficiários do programa operação trabalho, exemplo: praças mais cuidadas ou zeladores de praça, que voltaram a ser estabelecidos pela cidade de São Paulo, estamos falando de beneficiários; Braços Abertos, tudo isso está incluído nos 6 milhões de reais que estavam em 2014 e que foram para 12 milhões em 2015, contando com a ampliação do programa Braços Abertos para algumas áreas da Cidade, contando com a ampliação de programas operação trabalho, com muitas demandas de juventude, de mulheres e das Subprefeituras, para que possamos fazer ações articuladas e descentralizadas nas Subprefeituras, através do POT, ampliando, inclusive, o programa Operação Trabalho na cidade de São Paulo. Comprometo-me com a apresentação do detalhamento de todos esses projetos para que tenham uma visão do que mudou de 2014 para 2015, como estratégia da Secretaria, ampliando programas, articulando e superando a fragmentação que tínhamos anteriormente.

P – Secretário, esse programa que o senhor fala não estaria incluído dentro do Bolsa Trabalho que já tem previstos 5 milhões 250?

R – São duas coisas diferentes: tem uma parte que é Bolsa Trabalho, que é toda parte, os dois projetos são programas sociais existentes na cidade de São Paulo; o Bolsa Trabalho com o apoio à juventude, a programas de incentivo através da Bolsa, e o programa Operação Trabalho, vinculado a pessoas vulneráveis, de baixa renda – estamos realizando um estudo na Secretaria, no sentido de que o programa Operação Trabalho, quando implementado em 2014, a realidade do país e da Cidade era diferente, portanto, tínhamos uma restrição que,

naquele momento histórico e naquela conjuntura econômica, podíamos bancar programa. Hoje, estamos sentindo que é necessário rever os critérios do POT para ampliar a possibilidade de ele atender a mais pessoas na Cidade.

Então, são duas coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Passo a palavra ao Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vou mudar o formato. Não farei as 10 perguntas, mas, apenas três. O restante eu encaminharei, por escrito, mesmo porque não estamos conseguindo obter as respostas com as autoridades que aqui comparecem.

Eu gostaria de voltar a essa questão da fonte 02, que é a fonte federal.

Se nós analisarmos de uma maneira mais ampla, o orçamento do ano passado, Secretário, 5,452 bilhões estavam previstos para vir do Governo Federal. Mas até 09 de outubro vieram apenas 711 milhões, ou seja, 7,6% do total. Quase nada. O que me assusta, me causa surpresa, é novamente a prefeitura de São Paulo ainda vir em cima dessa questão da utilização de recursos federais, mesmo sabendo da baixa realização. No caso da Secretaria do Trabalho nós verificamos que no orçamento deste ano estavam previstos 91,4 milhões, depois foi reforçado para 106,7 milhões, sendo que até 30 de setembro foram liquidados apenas 33,9 milhões. Para 2015 o orçamento proposto é de 193,6 milhões, e aí nós temos aquela divergência de 20 milhões que está faltando... Já acharam? Que está faltando, então aí seria a questão da resposta.

Gostaria de entender qual a lógica de aumentar 82% do orçamento, sendo que consegui realizar apenas 32 milhões até agora.

Outra questão diz respeito a um ofício que eu encaminhei em setembro em que, com base naquela reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* que falava das crianças situadas em hotéis na Cracolândia. Segundo os dados que nós pusemos, a Secretaria gastou até setembro “quatro vírgula seiscentos e vinte e um, quatrocentos e oitenta e quatro reais”(?)

para execução de Braços Abertos, conforme documento da Secretaria de Finanças.

Eu fiz um requerimento pedindo cópia dos relatórios técnicos de acompanhamento do convênio, projeto Braços Abertos com a ONG União Social Brasil Gigante. Recebi como resposta... Acho totalmente incompleto, porque ela fala o seguinte: indicadores de acompanhamento - depois eu passo às suas mãos - até junho de 2014, oficinas, realização de 80% de oficinas com recursos humanos adequados; realização de 80% de oficinas com recursos materiais adequados; frequência de pelo menos 70% de beneficiários; avaliação positiva dos beneficiários em pelo menos 70%; avaliação da equipe técnica em 10% de melhoria na qualidade de vida de beneficiários. Eu acho que isso não é indicador nenhum de acompanhamento. Mais ou menos, mais ou menos, talvez, realizado em pelo menos... Isso aqui não é relatório, me desculpe. Vou passar para V.Exa.

Outra questão: pedi a cópia do parecer técnico que embasou a contratação da ONG União Social Brasil Gigante sem licitação. Tenho em mãos o parecer jurídico formulado pela chefe da assessoria jurídica, Dra. Fernanda Aguiar, no dia 9 de janeiro de 2014. Ela não fala e não dá nenhuma justificativa de por que da dispensa de licitação. Não está aqui demonstrada a notória especialização, não está demonstrado absolutamente nada. O que fez a ONG? Não existe nada. Simplesmente fala a respeito do convênio, fala que a entidade apresentou seu estatuto social, atas de currículo, relatório de atividades, declarações, certidões, mas não fala absolutamente qual a *expertise* dessa ONG. Não existe absolutamente nada.

Outra coisa: pedi a cópia dos alvarás de funcionamento dos hotéis que abrigam os participantes do projeto na região da Cracolândia, e novamente recebo a informação assim, sem o alvará. Vai falando: Hotel Adelaide, proprietário Maria Adelaide dos Santos, telefone, endereço. Aí vem Kelly, proprietários, Hotel Macedo, Hotel Manoel, entre parênteses C.U., Hotel Zezinho, Pensão Azul, Hotel Lucas, Hotel Cícero, sem absolutamente nada, só o nome do proprietário – não sei se é o nome do proprietário -, com o telefone e o endereço. Ora, como

é que a prefeitura de São Paulo contrata, permite a contratação dessas empresas se não têm nem alvará? Existem essas empresas efetivamente? Cadê o CNPJ delas, pelo menos? Não existe nada e, por incrível que pareça, olhem o volume da resposta que veio do Executivo. Nós tivemos quase 300 páginas para absolutamente nada. Eu estou sem entender essa resposta.

Então gostaria de passar para V.Exa. e gostaria de ouvir a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador Nomura, as questões que o senhor tem são só essas?

O SR. AURÉLIO NOMURA – É, o resto eu vou fazer por escrito, porque nós gostaríamos de ouvir a população que está sendo tolhida exatamente pelo processo que está sendo formatado aqui. Fica por último, no final todo mundo faz as perguntas, não dá tempo de ouvir as respostas. Então eu vou reduzir, vou fazer as outras perguntas por escrito, em homenagem a todos vocês que vêm aqui discutir as questões da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura. Vou passar às mãos do Secretário essa resposta. Quero registrar a presença do Vereador Eduardo Tuma. E passo para as respostas do Secretário e, em seguida, quero a lista dos inscritos para a audiência.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só complementando, no parecer falava-se apenas da contratação por um mês, podendo-se renovar por mais um mês, e nós estamos até hoje com esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Bom, primeiro em relação a Braços Abertos, duas informações que acho importantes, Vereador. A primeira: Nós realizamos o processo licitatório de contratação de uma nova entidade para o programa Braços Abertos. Essa licitação conjunta entre Secretária do Trabalho, Secretaria da Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social, a SMADS. Foi feito o processo licitatório de contratação de uma nova organização e essa nova organização já assumiu inclusive os trabalhos de organização em relação a toda a parte de

atendimento aos beneficiários do programa Braços Abertos.

Segundo: também nós, “enquanto” gestores do contrato da União Social Brasil Gigante, nós estamos solicitando toda a cópia dos relatórios finais de prestação de contas e estamos – até porque já findou o contrato – articulando para que rapidamente tenhamos isso para passar à Câmara, a V.Exa. e a todos os interessados. E também estamos fazendo esse mesmo tipo de questionamento, ou parte desse mesmo tipo de questionamento, no entanto com a certeza de que vamos em breve ter as respostas relacionadas a isso.

Do ponto de vista da nossa Secretaria, “o pagamento dos beneficiários, que é dentro do POT, dentro do Programa Operação Trabalho, nós já apresentamos inclusive todas as indagações e todas as respostas devidas”.

Eu queria só lembrar duas coisas em relação ao Orçamento 2014 e à utilização de recursos federais que me parecem importantes. Primeiro...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só voltando um pouco, Secretário. A indagação que eu tenho é que a avaliação vai ser feita? Não foi feita, então? Foi pago sem avaliação?

O SR. SECRETÁRIO – Não, não. A avaliação foi feita ao longo de todo o processo. Temos relatórios inclusive de toda a... o pagamento feito... Nós temos...

O pagamento é feito para os beneficiários e não para a União Social Brasil Gigante. A primeira questão é: a Secretaria do trabalho não faz repasse de recursos que não seja diretamente aos beneficiários, e é uma exigência legal. Segunda: temos todo acompanhamento feito pela Secretaria em relação a nossa parte. Como há um comete gestor na Prefeitura articulando as várias secretarias em um projeto absolutamente inovador, com concepção de atendimento à população, estamos falando que em relação a outras questões, esse acompanhamento está sendo feito junto com o comitê gestor, que envolve como já disse várias secretarias.

Para ouvirmos a população, quero dizer que vamos cumprir com todo, todo o recurso federal voltado para a Secretaria do Trabalho, todos os recursos estão sendo e vão ser

utilizados, até o final do ano, na execução orçamentária, Vereador. Por que estamos ampliando as propostas em relação à fonte 02? Porque temos muitas possibilidades reais de ampliar junto ao abastecimento, junto ao MDS – Ministério do Desenvolvimento Social a possibilidade concreto de ampliação de projetos junto ao ministério. Junto ao MDA ampliar também a possibilidade, por exemplo, de fortalecer a Agricultura, aprovada no Plano Diretor, e portanto a compra de equipamentos e assistência técnica. Tudo isso está ligado à fonte 02 que está no Orçamento.

De outro lado, não vamos executar aquilo que ainda não temos autorização legal para executar. Por exemplo, o parque tecnológico, assunto abordado anteriormente. Os dez ou vinte milhões da fonte 02 ou da 03, que evidentemente necessitam de processo anterior, que é o que falei respondendo a pergunta anterior.

Resumindo, na Secretaria do Trabalho, nós vamos utilizar todos os recursos advindos do Governo Federal, fonte 02, todos. O que propomos é ampliação dada às condições que temos de ampliar projetos com fonte 02 em várias outras áreas.

Com certeza, vamos ter uma execução orçamentária próxima do previsto e vamos garantir finalmente a ampliação dos recursos da fonte 02 para que possamos ampliar os serviços à população através dos projetos da secretaria.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Secretário, repassando. Estou com a folha de pagamento e nela diz que o pagamento foi feito diretamente à ONG. Gostaria de mostrar esse detalhe, que está juntado aos autos.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Perfeito.

P – E não como V.Sa. afirmou que foi pago individualmente a cada trabalhador.

R – O pessoal está me dizendo que no caso do Braços Abertos é verdade. Foi pago no Programa Operação Trabalho a todos os beneficiários e entregue na mão, com cartão.

No caso do Programa Braços Abertos, dada à peculiaridade daquelas pessoas é que se faz o pagamento pelo...

P – Finalizando, está sendo proposta medida ou está sendo feita análise em relação a essa questão especificamente? Essa é uma questão de ser levada ao Jurídico e serem tomadas medidas atinentes à espécie. Mesmo porque entendo e reputo que essa contratação é totalmente irregular. (Pausa)

R – Bom, temos entendimento de que a contratação da empresa naquele momento e naquela conjuntura, dada a situação em que as pessoas estavam e a necessidade de implementar, garantia a contratação sem licitação de uma organização para dar conta do projeto e da necessidade de atender aquela demanda. Segundo, evidentemente, o Jurídico que tem todas as condições de fazer as respostas devidas do ponto de vista do nosso entendimento. E, portanto, na nossa visão aquela situação evidenciava a necessidade e a urgência da contratação. Tanto é que ao longo do processo agora já contratamos uma nova entidade por licitação junto com SMADS e Saúde, como já havia dito.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – O Vereador Aurélio Nomura encerrou sua participação?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Encerrei, Presidente. Vou encaminhar o resto por escrito porque entendemos que essa questão merece um estudo com mais acuidade, inclusive, verificando junto ao Ministério Público ou outras entidades que se fizerem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Encerrada a participação dos Vereadores, do Relator, passaremos a palavra aos inscritos.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Nacional da União Geral Seguros dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil, e através do seu órgão oficial, Confederação dos Municípios, Trabalhadores e Empreendedores, cumprimento o Secretário, os Vereadores e a todas e todos reunidos para debater a peça orçamentária que vai financiar as políticas públicas da cidade de São Paulo, em 2015.

Obtivemos uma participação nos 32 itens do plano de metas da Administração do

Prefeito, em 61 audiências públicas. E as nossas teses que foram mais votadas pelos participantes foram as isenções de impostos para as empresas se instalarem nos bairros das regiões Leste e Sul, porque ao longo dos últimos anos o Governo tem expulsado as empresas da Cidade, que estão indo para outras cidades do país e 80% delas estão indo para o exterior, assim sucateando todo o sistema, todo o parque industrial e comercial de São Paulo e quero perguntar ao Secretário como estão essas ações.

Outra questão que debatemos: a extinção do Campo de Marte. Naquela área funciona uma fábrica de material bélico da Aeronáutica, que não gera recurso nenhum e poderia ser destinada para outra cidade. E em 50% daquela área construir um shopping, um CEU, uma arena de esportes para, pelo menos, 50 mil expectadores e 15% da área destinada para habitação de zero a três salários e de quatro até 20. Em 35% construir um parque de área verde e entretenimento. É um grande projeto que vai gerar mais de 30 mil novos e aumentar a arrecadação em mais de 1 bilhão anualmente para a cidade de São Paulo.

Outra ação que apresentamos nessas audiências públicas foi a de transformar os terminais de ônibus, construir verdadeiros prédios de shoppings expandindo o comércio popular. Outras empresas, inclusive, academias em que os usuários teriam uma área de lazer, de negócios, até chegar ao seu local de trabalho.

Por último, Secretário, um desenho do entretenimento na cidade de São Paulo espelha - vamos dizer - os pequenos e grandes eventos do planeta. E não tem investimento público. Apresentamos uma tese também para a criação de uma Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento dos Micros, Pequenos e Grandes Eventos.

Vou encerrar por aqui. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Vou formular todas as perguntas e recomendo a cada um, a palavra é livre, o discurso é livre, são três minutos na forma regimental e recomendo que se façam as perguntas diretas com uma introdução menor. Lembro que temos outras secretarias que participarão da audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique Cardoso, da Associação Arte e Artesão.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Bom dia a todos. Quero fazer uma pergunta ao Secretário, um plano de metas do Prefeito falando sobre a questão da Feira dos Artesões, que previa um projeto dentro da Secretaria de Empreendedorismo para a feira de artesanato.

E não vi isso no plano de metas. Parece que não está previsto. A Galeria Pajé pode fazer as suas mazelas e os empreendedores e artesões ficam para trás.

Infelizmente, a nossa Cidade funciona assim, as pessoas vão lá pedir autorização para fazer um evento dessa natureza e a Subprefeitura fala que não pode ser feito porque tem de estar dentro da Secretaria. Então queremos reforçar para ver como fica essa situação.

E em relação também ao pote, nosso pote está seco. Ele não está funcionando muito bem. Está muito seco porque até hoje os moradores de rua estão esperando a frente de trabalho e não saiu. Ficou na promessa. A falsa expectativa para essas pessoas é ruim. São pessoas vulneráveis.

E fazer uma crítica construtiva ao nosso Braços Abertos: antes de oferecer o curso de capacitação, primeiro deveria fazer o tratamento, mas fizeram o contrário. Dão a bolsa para o pessoal que está numa situação bem vulnerável mesmo. São viciados e quer dizer, só faltou dar o cachimbo para os caras usarem droga, porque se não há tratamento, não há nada, ele vai fazer o que com o dinheiro? Infelizmente, ele vai usar droga. Foi um trabalho em vão. Vamos olhar para o trabalho do Braços Abertos de uma outra forma. Primeiro, vamos fazer o tratamento e depois oferecer recursos para o pessoal. Desculpem, mas é a pura realidade.

Então queremos saber por que isso não saiu do papel. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos e todas, Srs. Vereadores Dalton Silvano, Ricardo Nunes; ex-Vereadora Soninha Francine; Secretário Artur Henrique e equipe

de trabalho; conselheiros; população presente; assessoria, as perguntas são as seguintes: qual a razão da baixa execução geral, global da Secretaria do Trabalho, sendo que o orçamento geral da Secretaria para 2014, 91,4 milhões, e até 30 de setembro foi liquidado apenas 33,9 milhões, o que dá 37% de um total média, três quartos do ano, 75%.

Quer dizer, executaram metade do que é possível. Para uma Secretaria importante como essa, com vários programas sociais, solidários, sustentáveis, é muito pouco. Parece que não está havendo uma priorização dos projetos importantes.

Com muita tristeza vejo nessa apresentação, por exemplo, não citar, pelo que entendi, com a vinda - na minha visão - irregular e inoportuna do abastecimento para vossa Secretaria, não observo a questão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, o famoso Comusan. Ele não está nem citado aí. Será que esse Conselho vai desaparecer do processo, vai continuar na Secretaria das Subprefeituras? Onde estão se reunindo os conselheiros do Comusan?

O Comusan é um Conselho importante que muito contribuiu, por exemplo, época do Orçamento Participativo e, hoje, esse conselho nem é citado em sua apresentação!

Realmente é lamentável como estamos tratando a participação popular na cidade de São Paulo em um governo dito democrático-popular, e que não é nada disso. Sabemos disso, infelizmente.

Também a questão da Semab, em si. O abastecimento é um assunto importante para a Secretaria. Temos quase mil feiras e sacolões, alguns em péssimas situações. A lei que criou essa Secretaria é desrespeitada. A sua transferência, pelo Prefeito Serra, foi irregular e agora se transfere para uma Secretaria do Trabalho. Então, gostaria de saber por que não é respeitada. A Câmara aprovou a transferência? Quer dizer, vai passando de galho em galho e o Plano Diretor simplesmente está ignorando o abastecimento. O Plano Diretor de 2002 tratava com seriedade e o de 2014, até porque o Vereador Nabil parece que não gosta dessa área, simplesmente ignora o abastecimento, as feiras livres.

Questão do Programa, Começar de Novo. É muito importante o Programa Bolsa-Trabalho, Operação Urbana, mas o nascedouro dessa Secretaria em 2001, na gestão Marta Suplicy, existia o Programa Começar de Novo, exatamente para a população idosa, incluindo acima de 40 anos. Esse Programa sumiu. Ou seja, na época do Secretário Eliseu Gabriel, hoje Vereador, nada foi feito e, agora, com o Projeto Começar de Novo desaparece do mapa! Mais uma ação deletéria do Sr. Haddad contra a população idosa da cidade de São Paulo.

Para concluir, gostaria de saber a respeito do Bolsa Trabalho. Executaram só 17%. Será que não é prioridade? E quando será inaugurado o Parque Tecnológico da Zona Leste, em Itaquera?

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia a todos.

Sou Maria do Socorro, da região de Itaquera. Faço parte do Conselho Participativo.

O Fábio já deu o pontapé inicial sobre o Parque Tecnológico, o Pronatec, Bolsa Trabalho.

Quero saber sobre as hortas urbanas.

Quero saber, também quem vai fazer parceria com esse Parque Tecnológico. Outra, estou estranhando esse Braços Abertos, porque na minha região têm cinco cracolândias e o Marcos, o supervisor de Saúde, está querendo fazer esse Programa Braços Abertos na região. Se não cuidam nem das crianças, vão fazer esse projeto? Lá na região, nada temos. Só temos um lixão há três anos.

Acho que é um papel idiota, ridículo que estamos fazendo perante a população. Somos representantes e não somos representados por vocês.

Quero uma posição e uma decisão, porque estou vendo muito blá-blá-blá e nada feito. Quero uma solução.

O idoso, onde se encaixa? Só quem fica velho é o povo da periferia.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Hilda Carolina.

A SRA. HILDA CAROLINA – Bom dia a todos.

Meu nome é Hilda Carolina. Sou da região de Brasilândia.

No momento, estou coordenadora do Fórum Regional da Criança e do Adolescente, na Brasilândia.

Quero entender o seguinte: quando se abre um espaço para audiência pública, qual o objetivo? Pergunto isso para que as pessoas que estão aqui possam entender as apresentações.

Para muitas coisas que foram faladas ali ficou um ponto de interrogação e durante a apresentação dos senhores, percebemos que não podemos fazer nenhuma intervenção. Então, aquela coisa que a gente não entendeu, passa.

Vou ser franca: quando começou esse Programa Braços Abertos, como trabalhamos com a criança e com o adolescente, eu disse: “Que coisa bonita! Que iniciativa maravilhosa desse Prefeito!” Agora, diante da apresentação dos Srs. Vereadores e do Secretário, a minha decepção... Quase que caio dura ali naquele banco, porque foi uma decepção! É um programa eleitoreiro e eu acreditei! Eu acreditei, enquanto pertencente ao Fórum da Criança e do Adolescente!

Não vou entrar em detalhes, mas estou muito triste!

Entrando na questão da Secretaria do Trabalho, está programado, para 2015, um orçamento de 91 milhões. Em 2013, se é que entendi, foram gastos só 33 milhões.

Dentro dessa verba de 91 milhões para a Secretaria do Trabalho, quanto é que viria direto do Governo Federal?

Por último, porque não quero me alongar, porque para nós só sobram dois, três minutos! Para eles, sobra tudo, para nós só sobram dois minutos e olha lá e, às vezes, não sobra nada!

Só gostaria de fazer mais duas perguntas. Desculpem a minha ignorância, mas

queria entender o que é ADE Sampa e o que é Vai Tec. Parece que são programas que estão ligados à Operação do Trabalho, mas não sei onde isso funciona, nem como funciona e gostaria de saber. Não sei se vai haver tempo. Encerrando, quando se fala, ainda dentro do Brasil Gigante, que também temos ele, lá na Brasilândia, como você simplesmente despede uma ONG na qual você injetou dinheiro? Ela já foi contratada erradamente, conforme o senhor mesmo disse, sem licitação. Despede-se essa ONG, não pega sua prestação de contas; automaticamente, já contrata outra, e fica tudo por isso mesmo? Desculpe, mas é muita decepção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Encerradas as inscrições. Lembro que o tempo de três minutos para cada orador está previsto no Regimento Interno desta Casa. De qualquer forma, a última oradora falou por 4,5 minutos, com a tolerância desta Presidência.

Secretário, com a palavra.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Vou tentar ser bastante breve e responder as perguntas que foram feitas pela população, que são muito importantes. O Laerte fala sobre o programa de incentivo à zona Leste. Já há várias empresas aderindo ao programa de incentivo à zona Leste. A última reunião, à qual o senhor esteve presente, foi da empresa que está promovendo 3 mil novos empregos *flex contact* na zona Leste. Isso para nós é importante e tem como objetivo principal cada vez mais incentivar empresas de serviços e indústrias a investirem na zona Leste.

Segunda questão. O Carlos Henrique coloca, com toda a propriedade, a questão da feira de artesanato ou da feira de artesãos. Estamos incluindo isso no debate. Apesar de não estar no Plano de Metas como uma meta do tipo “criar feiras” ou “implantar feiras”, estamos incluindo todo esse trabalho da São Paulo Empreendedora e dos projetos de articulação de feiras de artesanato da Cidade junto com outras Secretarias. Há todo um conjunto de iniciativas sobre as quais depois podemos conversar depois com mais tranquilidade. As feiras de artesanato e o apoio ao empreendedorismo são para nós uma prioridade.

Duas questões importantes que a Maria do Socorro levantou: em relação às hortas urbanas, já já feito o convênio, o contrato com a Eletropaulo no sentido de disponibilizar as áreas que ficam embaixo das linhas de transmissão para retomarmos o trabalho das hortas comunitárias, ou das hortas urbanas e periurbanas. A ideia é fazer justamente a parceria com as organizações e com as pessoas que já estão no território, nas subprefeituras e podem nos ajudar a implantar isso. Esse programa está bem adiantado.

Segundo, em relação ao idoso – e já respondo também ao Fábio Siqueira -, não é que abandonamos o projeto Começar de Novo. Ao contrário: estamos refazendo o projeto Começar de Novo dentro do programa Bolsa Trabalho e olhando justamente para uma parcela da juventude e para a parcela de pessoas acima de 40 anos, conforme foi inclusive instituído em 2001 pela ex-Prefeita Marta Suplicy. O que estamos fazendo agora é na verdade incluir isso nesse programa que apareceu na tela na exposição do orçamento. Por isso, inclusive, estamos jogando mais peso em alguns desses projetos, inclusive no projeto Começar de Novo, que provavelmente não terá esse nome – poderá ter nomes diferentes, embora com o mesmo objetivo, que é resgatar cidadania e começar um trabalho com os idosos na cidade de São Paulo.

Por fim, quero citar duas questões que julgo importantes. A primeira, sobre a execução orçamentária. Vamos cumprir a execução orçamentária deste ano. Uma coisa é o valor que está disponível; outra coisa é o empenhado. Nós vamos cumprir a execução orçamentária deste ano. Até agora, estamos fazendo os projetos, as parcerias, a elaboração. Então, eu gostaria muito de contar não só com o apoio, mas voltar em dezembro para conversar com as pessoas e dizer: “Aquilo que foi efetivamente liquidado, que está em condições de ser feito, nós cumprimos a execução orçamentária”. A prioridade da Secretaria está sendo a execução orçamentária deste ano, e quero voltar aqui para mostrar isso para vocês.

Por fim, quero falar do Braços Abertos muito rapidamente, até porque sei que a

Luciana, de SMADS, falará sobre isso na próxima Mesa.

Duas questões me parecem importantes, e várias pessoas aqui falaram sobre isso: o Fábio, o Carlos Henrique, a Socorro e a própria Ilda. Estamos implantando uma metodologia e uma concepção nova ao falar do Braços Abertos na cidade de São Paulo ou do atendimento aos usuários de drogas. Não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro e mesmo no mundo já foram tentadas várias coisas. A primeira, que a polícia poderia bater e resolver o problema de drogados, tirando-os do lugar. Essa fase, já vivenciamos e vimos que não dá certo. A segunda, outra concepção, que também está sendo implementada, e seus resultados, analisados: a internação obrigatória. A terceira, que estamos experimentando na cidade de São Paulo, é trabalhar com pagamento por serviços prestados à comunidade e esses serviços serem parte do tratamento. Quando falamos de fábrica verde no Braços Abertos, estamos falando de utilizar o potencial, que as pessoas possam mexer com a terra, possam plantar rosas, flores ou mesmo trabalhar com hortas como parte do processo de tratamento. Quando falamos dos 400 beneficiários e já temos 16 ou 17 contratados, isso mostra que SMADS e a Saúde já fizeram acompanhamento e, portanto, pessoas que já saíram daquela situação em que estavam anteriormente estão entrando numa nova situação, de inclusão produtiva com, inclusive, carteira profissional, trabalhando em empresas na cidade de São Paulo.

Terceiro. Agora, estamos colocando no projeto de orçamento da Secretaria um peso muito grande em ações voltadas para inclusão produtiva dessas pessoas não só com trabalho formal, com carteira assinada – porque necessitam de acompanhamento -, mas também, por exemplo, com inclusão produtiva em artesanato, em programas que mexam com fábrica verde, em programas que envolvam alimentação *etc.* Tudo isso está dentro da proposta porque enxergamos nisso uma possibilidade real de fazer com que aquelas pessoas saiam da condição em que estão e retomem sua condição de cidadãos e possam ter, na inclusão produtiva através desses programas, uma forma de sair daquela situação. Acho que essa é uma brilhante iniciativa do Prefeito Haddad, e nós todos estamos aprendendo no dia a dia com

esse programa. Esse é um programa que nós devemos enxergar, como várias organizações, países e pessoas estão enxergando, como uma experiência muito importante de avaliação, porque isso acontece não só na cidade de São Paulo, mas no Brasil como um todo, e está todo mundo tentando ajudar a que a gente consiga encontrar a melhor forma de atacar esse que é um problema, como eu disse, internacional.

Fico à disposição dos Vereadores.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – Não, trata-se de um programa da Prefeitura, cuja implementação se dá pelo Conselho Gestor das três Secretarias e por meio de parcerias para implementar as ações no território.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ARTHUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS – A Saúde está lá todo dia, a Assistência Social está lá todo dia, o Trabalho está lá todo dia acompanhando o programa através do Comitê Gestor e dos nossos trabalhadores. Inclusive uma das preocupações que temos é que as pessoas da Prefeitura que estão lá todo dia façam rodízio, porque todos aqui sabem que mais de 15 dias naquele espaço e naquele local gera a necessidade de a pessoa ter suporte – inclusive psicológico – para poder trabalhar.

Meu tempo se esgotou, mas fico à disposição tanto da população e do Conselho Participativo quanto dos Vereadores para detalhar todas as questões levantadas aqui. E ficamos à disposição para implementar, em 2015, novas ações na Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento e Empreendedorismo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Agradeço a presença e a participação do Secretário Arthur Henrique da Silva Santos, Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, e a de toda sua equipe técnica nesta audiência pública.

Em seguida, entraremos na audiência pública da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Convido a Secretária Luciana Temer e sua

equipe para virem à mesa e iniciarmos os debates relativos a essa Secretaria.

Suspenso a sessão por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Dalton Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – O objeto desta audiência pública é a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Cumprimento, pela presença: a Secretária Luciana Temer e o Sr. Fabrizio Madazio, Coordenador de Gestão Administrativa de SMADS.

Peço àqueles que quiserem falar que façam suas inscrições na assessoria da Comissão.

Pergunto à Sra. Secretária que, como de praxe, S.Exa. quer fazer uma exposição inicial. (Pausa) S.Exa. fará a apresentação das verbas da Secretaria e posteriormente a palavra será aberta aos membros da Comissão, ao Sr. Relator e, na sequência, aos presentes no plenário. Tem a palavra a Sra. Secretária.

A SRA. LUCIANA TEMER – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Vereador Dalton Silvano, sempre um grande brigador pelas questões da assistência social, especialmente da questão do idoso.

Exporei a vocês um pouco sobre qual é o panorama do orçamento da assistência social hoje na cidade de São Paulo, que já é conhecido aqui pelo Comas – cujo Presidente vejo aqui, Sr. Carlos Nambu, além da equipe do Conselho e de outras pessoas da Assistência Social, que já discutiram inclusive com a gente a composição dessa peça orçamentária.

A Assistência Social terá, em 2015, um orçamento de 1 bilhão, 106 milhões, 39 mil reais. Esse orçamento é 4,4% maior do que o orçamento de 2014. Na verdade, houve um incremento do valor do Tesouro Municipal. Os recursos municipais foram incrementados neste ano de 2015. Se olharmos o que veio do Tesouro Municipal em 2014 para 2015, vamos verificar que houve um crescimento de 9% do valor do Tesouro Municipal para o Fundo de Assistência Social. Houve um decréscimo do valor para a Secretaria.

Vou tentar ser o mais clara possível para que todos compreendam. Para quem não sabe, todo o dinheiro para o serviço da Assistência Social fica num fundo, no Fundo de Assistência Social, que é composto por dinheiro do Tesouro Municipal, Federal e Estadual, além de outras fontes eventualmente. Se olharmos o valor que veio para o Fundo para os serviços de Assistência Social, vamos verificar que houve, de 2014 para 2015, um incremento de 9% do valor destinado ao Fundo.

No entanto, se verificarmos o valor que veio do Tesouro Municipal para o Gabinete, que é basicamente parte administrativa, houve um decréscimo de 9%. Se nós pegarmos todo o dinheiro que veio do Tesouro Municipal para a Assistência Social como um todo, houve um aumento de 4,5%.

Na verdade, tivemos um crescimento, enquanto Assistência Social, relativamente maior até do que outras Secretarias. Porque, se pegarmos o valor de incremento do recurso do orçamento da Prefeitura como um todo – o orçamento total da Prefeitura -, houve um incremento de 1,5%. Se pegarmos o orçamento da Secretaria, teremos um crescimento de 4,5%. Isso significa uma valorização da questão da Assistência Social por esta gestão do Prefeito Fernando Haddad.

O quadro geral que temos hoje na Assistência Social é esse. O Felipe, da Secretaria de Planejamento está presente. Eu queria muito mais, todo mundo queria muito mais. A gente poderia usar muito mais dinheiro do que a gente usa, mas a gente tem um recurso, que é finito, que é o recurso da Prefeitura. E, dentro desse recurso da Prefeitura, a Assistência Social foi tratada com muito cuidado.

Acho que essa é a tônica do orçamento de 2015 em relação à Assistência Social. Apesar de o dinheiro ser muito menor do que nós gostaríamos, se pegarmos o recorte total da Prefeitura, que é isso o que interessa, vamos verificar que houve um crescimento do recurso da Assistência Social maior do que o crescimento até de outras áreas e até do que o crescimento do próprio recurso total da Prefeitura de São Paulo.

Dito isso, há questões pontuais, e a gente vai abrindo o orçamento à medida que as perguntas forem aparecendo e assim vamos esclarecendo a população.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Perfeito. Este Vereador está substituindo o Presidente titular. Na verdade, estou aqui contribuindo com esta audiência pública. E, como de praxe, o relator do orçamento será o primeiro a falar e fará suas perguntas. Posteriormente, falarão os demais Vereadores desta Comissão e, na sequência, os inscritos.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Dalton Silvano, que preside tão bem esta audiência pública do orçamento. Cumprimento minha querida e amada Secretária Luciana Temer.

Secretária, acho bonito a senhora falar que a Assistência Social aumentou o orçamento. Vejo seu empenho e até acho que a senhora não pode falar tanto quanto gostaria. Então, eu, como parlamentar, gostaria de fazer uma consideração, porque vejo o tanto que a senhora sofre e entendo que é necessário aumentar a receita da Secretaria de Assistência Social. Se esta audiência pública assim entender, é o que eu pretendo fazer, com o apoio desta Comissão, dos Vereadores Dalton Silvano, Aurélio Nomura e demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento.

Digo isso porque em 2013, do orçamento da Secretaria de Assistência Social, foram liquidados 230 milhões. Em 2014, tínhamos previsto 196 milhões. Para 2015, está proposto o valor de 177 milhões. Então, acho que é importante resgatarmos essa proposta orçamentária nos moldes que tínhamos em 2013 e 2014. É um registro que eu gostaria de fazer.

Em relação ao Fundo, realmente houve um aumento, perceptível nessa peça orçamentária; mas algumas questões me preocupam. Sei do seu empenho, da sua dedicação, do carinho que a senhora tem pela Secretaria de Assistência Social. A gente escuta nos corredores, de todas as pessoas ligadas à Assistência, o carinho e o respeito que elas têm com

a senhora – tanto do Comas como do FAS. Isso é inequívoco, e é bom que fique registrado.

Com relação à peça, é importante a gente ressaltar, Sr. Secretário, alguns pontos que me preocupam. Por exemplo, temos prevista a implantação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Para o CRAS Pedreira, estão previstos 170 mil; Campo Limpo, 170 mil; Capão Redondo, 170 mil; Cidade Tiradentes, 170; José Bonifácio, 170 mil; Itaim Paulista, 170 mil; e por aí vai. São vários CRAS previstos, todos no valor de 170 mil. Parece, pelo que temos visto em relação ao orçamento das outras Secretarias, como a de Saúde e a do Trabalho, que esse valor é muito inferior. Parece que, com 170 mil reais, mesmo com toda boa vontade, a senhora e sua equipe não vão conseguir fazer mais CRAS. Esse é uma dos pontos que gostaríamos de abordar, porque creio que é de suma importância que V.Exa. consiga fazer essas implantações, apesar de que, com esse valor, vai ser muito difícil.

A mesma coisa em relação aos Centros de Referência Especial de Assistência Social – CREAS. Para o CREAS Lapa, CREAS São Miguel Paulista, CREAS Parelheiros - Parelheiros, aliás, tem o menor IDH da cidade de São Paulo –, 73 mil, 450 reais para cada um. Acho que vai ser muito difícil conseguir fazer a implantação com um valor tão pequeno.

Outro item é implantação de equipamentos de proteção e convivência da pessoa idosa: Centro-Dia Cidade Ademar, Centro-Dia Raposo Tavares, Centro-Dia Capão Redondo, Centro-Dia Brasilândia, Centro-Dia Lajeado, Centro-Dia Itaim Paulista, Centro-Dia Jardim Ângela, Centro-Dia São Mateus, todos com 129 mil reais. Parece que esse valor é bastante insuficiente.

O documento segue com vários itens e entendo que é consenso de todos os Vereadores desta Comissão e de vários outros Srs. Vereadores da Casa que atuam na área da Assistência Social o respaldo necessário para entendermos do porquê desses valores tão ínfimos perante a realidade da implantação de serviços tão importantes.

Esta é a minha consideração, ressaltando que parece ser bastante insuficiente a peça orçamentária para a Secretaria de Assistência Social.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Secretário, Sras. e Srs. Vereadores, quero dizer que é lamentável esse orçamento para a Secretaria de Assistência Social, mesmo porque, no ano passado, nós da Comissão ficamos abismados com o corte de quase 50% do orçamento da Secretaria de Assistência Social. Só após muita briga e após a manifestação de todos que fazem parte da Assistência Social, foi possível fazer alterações. Mas não mudou muito. Em, 2014, por exemplo, o orçamento da Secretaria era de 1,06 bilhão, mas foram empenhados, até a presente data, 908 milhões; para serem liquidados, ainda faltam 667 milhões. Para 2015, há uma divergência, porque, pelos cálculos que eu fiz, o orçamento proposto é de 1,2 bilhão, sendo que a senhora havia falado que era de 1,5 bilhão. Acredito que porque foram também incluídas verbas federais, mas que não chegaram. É importante que se diga que não veio absolutamente nada do Governo Federal para a cidade de São Paulo, apesar de ser afirmado que estavam sendo destinados para cá 8 bilhões, na época do comparecimento da Presidente à Cidade. Na realidade, chegou o equivalente a 711 milhões, que, dentro do orçamento previsto em relação às receitas federais, equivale a 7,6% da previsão para este ano. Essa é a primeira indagação sobre essa divergência da qual estamos falando.

A Secretaria sequer acompanhou o percentual das receitas correntes que cresceram 8,6%. Esse número foi inferior ao aumento da arrecadação. Isso mostra como, infelizmente, a Prefeitura está tratando a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que cuida das pessoas mais carentes da nossa cidade. É lamentável.

Para comparar, cito subsídios dos ônibus. Estamos alimentando os barões do transporte da cidade de São Paulo. Para este ano, existe uma previsão de pagamento de subsídio no valor de 1,8 bilhão. Para o ano que vem, a previsão é de mais de 2 bilhões. Enquanto isso, as pessoas mais necessitadas da nossa cidade estão minguando por falta de verba na Secretaria de Assistência Social. É isso que temos visto.

O Vereador Ricardo Nunes mencionou a implantação do CRAS, do CREAS, da assistência à pessoa idosa. Aproveito a oportunidade para pedir à Sra. Secretária que nos envie um detalhamento da implantação do Centro-Dia, por exemplo, com um valor de 129 mil reais. Gostaria também de ter acesso ao cálculo que mostra como serão implantados os CRAS com um valor de 170 mil reais e a implantação das residências inclusivas com um valor de 186 mil reais. Não vejo isso. O que tenho visto, até por meio das nossas emendas, para fazer qualquer correção em qualquer área, valores muito maiores do que esses que estão sendo demonstrados. Essa é a questão.

Outra coisa que temos observado são os valores às entidades, cujos valores são irrisórios, inclusive não há mais a décima terceira parcela. Cadê a inclusão da décima terceira parcela, que já deveria estar incluída? Infeliz e lamentavelmente, temos visto que esses atendimentos não serão feitos e vão minguar.

Peço encarecidamente ao nosso Relator, Vereador Ricardo Nunes, ao Vereador Dalton Silvano e aos demais Vereadores que possamos mudar a realidade deste orçamento, porque isso é uma vergonha para a nossa cidade.

Era o que eu tinha a falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Nobre Vereador Aurélio Nomura, eu tive a grata oportunidade, com o apoio de todos os Vereadores, inclusive o de V.Exa. e o do Vereador Ricardo Nunes, de elaborar o projeto de lei, que se tornou lei, do Centro-Dia do Idoso. Esse projeto não é do Vereador Dalton Silvano, é de todos aqueles que dão atenção à causa do idoso. V.Exa., Vereador, sempre tem participado ativamente das reuniões da Comissão, sejam elas extraordinárias ou não. Com o apoio dos Conselhos e com o da própria Secretária, fizemos inúmeras reuniões e chegamos ao bom termo de elaborarmos um texto em prol do Centro-Dia do Idoso. O Edemar Ulrich foi uma pessoa que sempre me incentivou a fazer esse projeto de lei, que se tornou lei. A Secretária já esteve presente na AFAI – Associação dos Familiares do Amigo do Idoso, que fica no Jabaquara. Então, essa é uma luta

de todos.

Parece que, do Plano de Metas, constam 16 Centros-Dia do Idoso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Quinze? Na minha cabeça, eram 16. Ela está falando que são 15. Mas realmente está faltando o Centro-Dia do Idoso da Vila Mariana, região que onde existe hoje o Centro-Dia do Idoso que deu origem à lei.

Não que eu vá contestar o que o Vereador Aurélio Nomura falou, mas, na verdade, precisamos ter o modelo do Centro-Dia que o Governo tem que implantar como ação de política pública. Não me assusto como valor, até porque sabemos que há remanejamento de verbas durante todo o ano, ou seja, eventualmente a verba pode ser completada depois de definido o modelo.

Peço ao Relator e à Secretária que possamos fazer uma emenda técnica para incluir o Centro-Dia do Idoso na Vila Mariana, bairro de origem da criação dessa lei.

O SR. RICARDO NUNES – Centro-Dia do Idoso no valor de 129 mil, Vereador?

O SR. AURÉLIO NOMURA – É o valor que está proposto.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Não, nobre Vereador Ricardo Nunes, com todo respeito ao Vereador Aurélio Nomura, esse número é um valor nominal. Digo isso porque acompanhei vários governos nesta Casa. Até na época dos CEUs, cujo valor nominal era de 4,5 milhões, depois se remanejava e ele chegava a custar 20 milhões. Então, é um valor nominal, que pode ser complementado depois de se definir o modelo da edificação. Na verdade, esta é a pergunta: vamos edificar ou essa verba é para completar?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – É de implantação. Então, se for aluguel, acaba-se suprimindo. Por conta dos problemas de Brasília, fiz uma emenda de 100 mil, mas, por medo de desvio de recurso de emenda orçamentária a cortaram. Por conta do exemplo dos anos do Orçamento de Brasília, pagamos o pato.

O SR. RICARDO NUNES – Qual o local do Centro-Dia do Idoso, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Na Vila Mariana.

Relator, estou fazendo o requerimento verbal e o farei por escrito como emenda técnico. Esse é um deles. O outro é o Centro de Convivência do Idoso do Parque Edu Chaves, um bairro para o qual trabalho desde 1991, que está sendo edificado, mas não encontrei essa verba no Orçamento. Se a verba não for encontrada no Orçamento é porque já está em andamento. É um Centro de Convivências muito importante, onde a Secretária já esteve várias vezes, inclusive num dia de chuva.

São essas as minhas duas questões. Não sei se a Secretária poderia explicar qual é o formato para dar os 120...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sobre essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Pois não. V.Exa. tem um aparte, mas eu encerrei e que fique consignado aqui que queremos o Centro-Dia do Idoso na Vila Mariana.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Acrescento uma coisa. Esqueci-me de falar que há várias fontes, como a 07, que é aquele dinheiro do IPTU que está *sub judice*, ou seja, um dinheiro que não existe. Temos 8 milhões propostos para o ano que vem, sendo que temos 2 milhões para o CRAS, mais 1 milhão para o CREAS, a implantação de restaurantes comunitários e a implantação de residências inclusivas. Resumindo, da receita 07, um dinheiro que não existe e não vai ser decidido este ano nem no ano que vem, porque sabemos que para essas questões há julgamento que pode até chegar ao Supremo, pois estamos falando de uma matéria constitucional. Então, há necessidade de uma discussão mais profunda, porque dificilmente esse dinheiro vai ser liberado, já que estamos falando do dinheiro de declaração de inconstitucionalidade, que está sendo discutida nos tribunais, que diz respeito ao IPTU. Estou falando que foi colocado dinheiro que não existe.

São essas as correções que eu gostaria de abordar.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Muito obrigado, Vereador. A Secretária agora,

então, vai responder.

Tem a palavra a Secretária.

A SRA. LUCIANA TEMER – Cumprimento os Vereadores: o meu querido Ricardo Nunes, o Vereador Nomura e o querido Dalton Silvano, que também tem feito essas grandes lutas.

Já que uma das questões foi o valor de implantação de CRAS, CREAS, Centro-Dia, podemos esclarecer da seguinte maneira: Primeiro, com relação aos CRAS, temos buscado e conseguido parcerias, por exemplo, Vereadores, já assinei uma parceria com a Secretaria da Justiça do Estado e seis dos CRAS, que serão implantados, ficarão dentro dos SICs, inclusive quatro deles serão inaugurados até o final do ano. Não teremos despesa alguma, que não o mobiliário. Então, esse valor é apenas para o mobiliário. Para a instalação desses quatro CRAS nos espaços do SIC; instalação, não manutenção; esse valor é mais do que precisaremos.

Também uma grande conquista nossa foi que dos 18 CEUs que o Prefeito Fernando Haddad vai inaugurar até o final da sua gestão, em 13 deles, haverá a instalação de um CRAS. Portanto, esse dinheiro é mais do que suficiente para fazermos a implantação do CRAS. Da mesma forma, nos imóveis que estamos locando para CRAS, CREAS, inclusive para Centro Pop e mesmo para Centro Dia, o que acontece? Quando temos de fazer locação, que é a maioria das situações, temos negociado muito fortemente com os proprietários para que eles façam as adaptações para locação. E temos conseguido isso ao longo desses dois anos. Por que fazemos esse esforço? Porque o dinheiro da Prefeitura é curto e não tem para tudo, então temos de negociar e brigar muito para sair mais barato. Temos conseguido negociar com os proprietários dos imóveis, que alugam para esses espaços, para que eles façam as adaptações.

Na verdade, neste momento, precisamos fazer uma distinção entre o que é equipamento da Assistência Social e o que é da Saúde, porque o grau de complexidade do

equipamento da Saúde é muito maior do que um da Assistência Social. Por exemplo, vamos falar um pouco dos Centros Dias e dos 15 que estão previstos. Conheci juntamente com o senhor, Vereador, o AFAL e achei um trabalho belíssimo. Fiquei encantada com ele e fui uma das defensoras da implantação do Centro Dia, até em função do trabalho belíssimo que vi e que não podemos deixar de fora, concordo com o senhor plenamente.

O que entrou nas metas como Centro Dia, na verdade foi discutido nas audiências públicas e os locais foram determinados pela própria população, uma boa parte. Por isso temos de respeitar esses 15 centros que foram estabelecidos e, até falando da complexidade de implantação dos equipamentos, tínhamos uma preocupação na Assistência Social muito grande porque à medida que esses centros vão cuidar de idosos, com pouquíssima ou quase nenhuma autonomia, sentíamos falta da questão da Saúde. Por isso fizemos um acordo com a Saúde, já que na Assistência não podemos ter profissionais da Saúde, e estamos colocando esses 15 Centros Dias próximos das 15 URSIs, que são os equipamentos da Saúde que vão cuidar apenas de idosos. Vamos fazer um trabalho conjunto nessa gestão, Assistência Social e Saúde, nesses Centros Dias. Vai ser um equipamento da Assistência e também da Saúde, vamos trabalhar muito conjuntamente e já estamos conseguindo terrenos nas Subprefeituras para a Saúde construir, porque ela tem mais dinheiro. No Jabaquara, estamos fechando um terreno onde haverá uma construção da Saúde com equipamento do URSI e o Centro Dia ao lado. Estamos nesse esforço muito grande de otimização de recursos. Então posso dizer que esses valores previstos aqui, alguns CRAS, alguns CREAS e alguns Centro Dia vão sair mais barato que isso. E alguns mais caros. Dessa forma vamos fazendo esses ajustes.

Então, acredito sim que o valor que estamos destinando para as implantações serão suficientes. Como disse o Vereador Dalton Silvano, se precisarmos fazer ajustes, ao longo do caminho, faremos. Mas a ideia é locar o menos possível e poder otimizar dentro dos próprios equipamentos da Prefeitura, como estamos fazendo com os CEUs.

Em relação à questão da execução orçamentária, Vereador, empenhamos até hoje

– pela informação que tenho da Secretaria – 928 milhões, de 1,058 bilhão. Já realizamos 87% do orçamento. Liquidamos 69% do orçamento disponível. É preciso neste momento fazer uma distinção para quem não é afeito à área, assim como eu. Estou aprendendo muito, a cada gestão aprendemos mais. Há um orçamento que é o orçado, apresentado; existe um orçamento que é o disponível, porque uma parte fica congelada, inclusive em razão dessas frustrações. Existe uma expectativa de ganho de recurso que não chega e, quando isso acontece, temos uma boa expectativa com relação a IPTU sim, mas se eventualmente não chega, realmente, há um congelamento que acaba frustrando uma parte do orçamento sim. Mas essa não é uma ação desta gestão, mas uma prática orçamentária.

Quando digo que tenho 87% empenhado e 69% liquidado é porque empenho todos meus compromissos até o final do ano e vou liquidando conforme vai passando e assumindo novos compromissos. Pretendemos acabar sim, este ano, com uma ótima execução orçamentária. Em relação à previsão da 13ª parcela, quero esclarecer que teremos hoje de fazer uma revisão total dessas parcerias com a sociedade civil em razão do novo marco regulatório. Já estamos estudando isso profundamente, em parceria com o FAS, com o Comas e com a sociedade civil em geral para ver como irá funcionar isso tudo.

Agora, hoje há em vigor ainda a Lei de Parcerias Municipal, inclusive elaborado pela Prof. Aldaíza Sposati. Nessa lei, a 13ª parcela e o reajuste não são uma obrigatoriedade e sim uma discricionariedade da Administração, porque justamente ela vai verificar quando é ou não possível orçamentariamente repassar esses recursos. No ano passado, foi repassado o reajuste do dissídio. Não conseguimos dar a 13ª parcela. Este ano, já estamos repassando o dissídio de 7%.

Na gestão anterior, Vereador, eles ficaram quatro anos sem reajuste e, no último ano de gestão, deu-se 18% de reajuste, compensatório aos quatro anos que as entidades ficaram com a corda no pescoço. Não estamos conseguindo dar a 13ª parcela, mas estamos dando reajuste todo ano com muita luta com Finanças, com Sempla demonstrando a

importância de apoiar essas entidades, que são na verdade as grandes parceiras da Assistência Social na cidade de São Paulo.

Esta gestão não tem se furtado a essa responsabilidade, ao contrário. Temos feito uma luta muito grande, dentro da verba que é possível, porque numa hora somos Governo, noutra Oposição e Governo, mas o dinheiro é possível, impossível em todos eles porque ele é finito. Quando somos Oposição, batemos e quando somos Situação, apanhamos. A política é assim mesmo, o processo é esse, mas a verdade é que o dinheiro é um só e temos de repartir por todas as áreas. A Assistência Social, nesta gestão, no Orçamento de 2015, foi sim contemplada dentro das possibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Entendi, Secretária, que podemos incluir o Centro Dia do Idoso da Vila Mariana.

A SRA. LUCIANA TEMER – Podemos. Mais que isso, vamos tentar levar uma URSI para lá.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Isso, agora sim. Com a palavra o Vereador Paulo Fiorilo, que após sua fala reassumirá a presidência nesta audiência pública.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Presidente.

Tenho a impressão que a proximidade do domingo acaba fazendo as pessoas ficarem um pouco ansiosas, em especial as aves de bico longo, mas não tem problema não.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano - PV) – Queria pedir ao Vereador: sem insinuações políticas. Vamos falar sobre a matéria.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Eu gostaria que o Vereador Aurélio Nomura me respeitasse, primeira coisa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO (PT) - Porque eu não interrompi e eu acompanhei o

depoimento! O senhor não pode interromper!

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Não vou suspender, em respeito à população de São Paulo, não quero interromper a audiência pública, por favor.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Eu quero que o Vereador Nomura se acalme, só isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Vereador, entre no assunto da audiência pública, por favor.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – O Vereador não quer deixar! Garanta minha palavra, Sr. Presidente, pois eu sempre garanti a palavra dos Srs. Vereadores aqui, inclusive do Vereador Nomura, do Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Está garantida. Vereador, já está explicado. Vá direto ao assunto.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – A primeira coisa que eu gostaria de registrar, aqui, Secretária, é o esforço que a senhora vem fazendo para que a Secretaria tenha êxito. Acho que desse esforço, uma grande parte é mérito da senhora e da Secretaria e a outra é o esforço que fizemos, ano passado, num debate com as várias entidades, para que pudéssemos recompor uma parte do Orçamento.

O que percebemos na proposta apresentada esse ano é que já ocorreram avanços, o que, na minha opinião, tem uma importância muito grande. Diferente do ano passado, as entidades, esse ano, puderam participar do debate e da discussão. Pelo menos é o que me foi informado, inclusive, pelo pessoal que acompanha essa discussão e a senhora poderia, se não relatou, relatar.

A segunda observação que gostaria de fazer é que o Governo Federal tem sido, com a cidade de São Paulo, sempre muito generoso, em que pese as dificuldades que temos.

Se olharmos 2014 já tivemos mais repasse do que 2013, da Fonte 02.

É verdade que a expectativa da Prefeitura para esse ano era uma expectativa alta, mas também é verdade que os Srs. Vereadores da Oposição, inclusive do PSDB, fizeram um movimento para impedir que houvesse a possibilidade do aumento da arrecadação do IPTU.

Esse tipo de postura, se não registrado aqui, vai parecer que aqueles que usam pena, na sua propaganda, ou que usam do bico grande, não têm responsabilidade nenhuma com o que aconteceu na arrecadação da cidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Sr. Presidente, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Por favor, vamos respeitar a palavra.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Sou obrigado a ouvir tudo, agora não posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Tudo bem, Vereador, mas, por gentileza, elimina essa questão de ‘pena’ e ‘bico longo’. Não precisa. por favor.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Tá bom, vou trocar. Queria só pedir para o Vereador me respeitar, Sr. Presidente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Vamos respeitar o público aqui.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Para concluir a minha observação, Sr. Presidente, acho que cabe, nessa discussão orçamentária com a Secretária, talvez, avançarmos um pouco naquilo que ainda é possível pensar, a partir do debate Legislativo, para a Secretaria.

Acho que isso tem uma importância grande, até para que possamos enfrentar alguns desafios. E aí, Secretária, gostaria de colocar algumas preocupações, as quais já sei que a senhora tem na pauta, mas que eu queria tornar público.

Uma delas é a questão que vivemos na cidade com relação à imigração. Tive a oportunidade de fazer uma visita – que não fiz ao centro, aqui, da Prefeitura, mas fiz à Igreja da

Paz – e, assim, ali vivemos um problema permanente.

Gostaria de fazer dois relatos que me deixaram muito feliz. O primeiro é que, mesmo com todas as dificuldades, os padres calistas têm conseguido um atendimento e, mais do que isso, um encaminhamento. E é interessante porque já conseguiram encaminhar mais de dois mil – entre haitianos e colombianos – para empregos no Brasil. São 2,4 mil empregos que foram conseguidos para esse pessoal que vive numa situação difícil.

Mas acho que ali a assistência, os direitos humanos e a própria Câmara, precisa fazer um debate. Estou propondo, inclusive, uma audiência pública e já deixo o convite. Queremos trazer os Governos do Estado, Federal e Municipal, para que pudéssemos enfrentar esse problema.

Gostaria de ouvir da senhora o que é possível. Sei que tem outras vagas sendo abertas na zona Norte. Aqui, no Centro, ao lado da Câmara, mas acho que esse é um problema gravíssimo e que os entes federativos precisam assumir sua responsabilidade, tanto a Prefeitura, que tem já assumido sua parte, mas, principalmente, o Estado e a União que precisam ser trazidos para o debate em função da forma como eles têm chegado à cidade.

Queria deixar essa questão e também a necessidade desse debate sobre os recursos da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Com a palavra, Secretária.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA - Respondendo ao Vereador Paulo Fiorilo, na verdade, tenho até de me desculpar, pois o Vereador Aurélio Nomura tinha feito uma referência aos recursos federais e eu acabei me esquecendo de comentar. Então aproveito a oportunidade agora para dizer o seguinte: temos feito desde o ano passado e, aqui não vou falar da chegada de recurso federal amplo, das PACs feitos com a Prefeitura, mas do dinheiro da assistência, pois, no âmbito da assistência tem chegado bastante dinheiro do Governo Federal, sim.

Tem chegado da seguinte maneira, e vou explicar um pouco para vocês. Quando

assumimos a Secretaria, em 2013, havia sido feita uma oferta de cofinanciamento do Governo Federal para 4 mil vagas de acolhimento de população em situação de rua.

A gestão anterior não tinha aceitado esse cofinanciamento porque havia uma exigência por todos, que é da política nacional de assistência social, que os equipamentos tivessem, no máximo, 50 pessoas. Então a gestão anterior entendeu que não era possível receber esse dinheiro do Governo Federal em razão dessa exigência.

E nós começamos uma negociação com o MDS, o Ministério, pedimos a reabertura, hoje, chegam R\$ 900 mil por mês para a Assistência Social, desde o ano passado, para cofinanciamento dessa população.

Fizemos uma proposta de reordenação e fizemos uma negociação, demonstrando, pedindo, inclusive, um encontro das grandes metrópoles para demonstrar que numa cidade, com uma situação de 15 mil pessoas em situação de rua – que é do censo de 2011 – é impossível atender toda essa população em grupos de 50, pois nem temos espaço disponível ou locais possíveis para atender esses grupos.

Então estamos reordenando todo o serviço de população em situação de rua, inclusive, trabalhando com a ideia de serviços grandes, mas com uma privacidade mais garantida.

E os equipamentos grandes, como o da Zaki Narchi, por exemplo, como o Vereador Fiorilo citou, são equipamentos que têm 20 pessoas por quarto. Então não estamos fazendo mais os grandes galpões. Estamos tentando organizar de uma forma digna para as pessoas, de forma mais privada, com olhar mais cuidadoso.

Mas não estamos desprezando o dinheiro do Governo Federal, ao contrário, temos buscado. Fomos bater à porta do Governo Federal, conseguimos o cofinanciamento também de 6 mil vagas de convívio, de centros de convivência de crianças, adolescentes e idosos.

Também conseguimos, no mês de julho, mas ainda não recebemos, vamos receber esse dinheiro agora, um cofinanciamento para o Saicas, os acolhimentos de crianças e

adolescentes.

Então temos pedido ao Governo Federal todo o dinheiro que existe lá. Temos recebido ótimas respostas, assim como os outros municípios que vão bater à porta do MDS e que também têm recebido respostas positivas.

Temos, no âmbito da assistência, posso dizer que temos tido uma parceria muito forte e fundamental como Governo Federal.

Vereador Paulo Fiorilo, em relação aos imigrantes, de fato, é uma questão a ser enfrentada muito seriamente, pois o Brasil adotou uma política de abertura de portas, que é uma política muito correta, do ponto de vista dos direitos humanos, é louvável, mas temos de nos estruturar para começar a receber condignamente essas pessoas. Hoje estamos com muitos problemas.

V.Exa. tem toda razão, temos de chamar a uma discussão nacional, com as três esferas, para dizer como vai funcionar essa dinâmica da chegada dos imigrantes.

Tivemos um grande susto, sim, com a questão dos haitianos, que começaram a chegar em grande número, sem estarmos preparados para isso. Demos todo o apoio à Missão Paz. Abrimos um acolhimento de emergência na frente da Missão Paz, quase sem custo, conseguimos um comodato com uma imobiliária que cedeu o espaço para nós. Simplesmente montamos e instalamos o serviço. Acolhemos 120 pessoas ali provisoriamente.

Fizemos agora uma parceria com a entidade dos franciscanos para um acolhimento de 120 imigrantes.

Então temos, hoje, essa estrutura, não só isso, mas Direitos Humanos também está fazendo, junto a esse acolhimento, o CRAI que é um centro de apoio para esses imigrantes. Estão recebendo aulas de português e ajuda na documentação.

É fundamental que possamos combinar o jogo com os Governos Estadual e Federal para entender como isso vai funcionar, até porque esses imigrantes têm uma posição diferente das pessoas em situação de rua. São características diferentes e não podem ser

colocadas da mesma forma no mesmo lugar, sob pena de ficar improdutivo para um e para o outro. E o trabalho é diferente.

Então essa é uma questão a ser enfrentada sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV) – Exatamente. Nilda, eu não citei seu nome, vou citar agora. Está inscrita que também ajudou na elaboração.

Quero citar também, antes de passar a presidência ao Sr. Paulo Fiorilo, a presença do Edemar, da AFAE, que foi quem me incentivou a elaborar a lei do centro do idoso, que também está inscrito para falar.

Vereador Paulo Fiorilo, sem bicos ou penas, por favor, pode assumir a presidência. Sem citações políticas, nobre Vereador Aurélio Nomura, para dar sequência e já chamando o próximo inscrito Sr. Natanael de Jesus Oliveira.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo – PT) – Com a palavra o Sr. Natanael, por três minutos.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Bom dia aos Srs. Vereadores, bom dia Secretária Luciana Temer, bom dia a todos os presentes nessa plenária.

Só uma questão de correção, se formos resgatar o Orçamento de 2013 e a proposta de 2013 para 2014, houve um corte de 14%. Portanto, não houve expansão do Orçamento em 2014.

Houve várias manifestações da sociedade civil, em conjunto com o Conselho Municipal e também com o Fórum Municipal de Assistência Social, quando conseguimos repor uma porcentagem de 2014 que foi para a manutenção dos serviços já existentes.

Em 2014, o que está acontecendo: não está tendo a expansão de CRAS e CREAS, pois o Orçamento foi cortado o ano passado em 350 milhões. Conseguimos repor uma parte só.

No Plano de Metas, a ampliação de serviços só está tendo ampliação do Plano de Metas do Governo. A ampliação dos serviços já existentes na cidade não está acontecendo, o CCA, CJ, Cedesp, serviço de idoso e daí para a frente.

A proposta de 2015 também estamos dando continuidade à ampliação dos serviços. Então vamos conseguir o que? A manutenção do serviço. Portanto, está previsto o reajuste dos convênios para 2015. A ampliação de serviço será muito pouco.

A verba de manutenção, o Fórum Municipal vem novamente solicitar a verba de manutenção que é a 13ª verba .

E estamos também sugerindo que essa verba – o Fórum está solicitando -, no Orçamento já aprovado pelo Conselho e encaminhado para a Sempla, encaminhado para a Câmara Municipal, o acréscimo de 200 milhões, sendo que 130 milhões para a produção básica e produção especial, e mais 70 milhões que é para a 13ª verba de manutenção. E todos esses recursos que o Fórum está solicitando que sejam encaminhados para o Fundo Municipal da Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo, Carlos Henrique Cardoso, Associação Arte-Artesão, em seguida o Sr. Antônio Cabral.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO – Bom dia a todos, Secretária, primeiro quero parabeniza-la porque nós tínhamos um serviço no São Martinho, debaixo do viaduto, e a gente mudou. Era uma conquista que tínhamos, há 10 anos, de mudar o serviço e ficou melhor, dá mais dignidade às pessoas, temos que reconhecer o que está certo e o que está errado. Quero parabeniza-la pela iniciativa do serviço, porque realmente deu um atendimento mais tranquilo para a população em situação de rua dali.

Quero falar sobre três questões que estão me preocupando: a primeira é sobre a Lei 12.316, aqui em São Paulo, acho que a senhora tem conhecimento, temos também um Decreto perante essa lei. Nós tínhamos um Conselho de Monitoramento que foi desmontado, que ficava dentro da sua Secretaria. A gente gostaria de saber por que esse Conselho foi

extinto, pois queríamos retomá-lo.

A segunda, é que nós tínhamos também, para metodologia de atendimento à população de rua, porque não precisamos só oferecer o serviço, temos de ter parceria com outras secretarias também. Como, por exemplo, com a Secretaria da Habitação, sobre a questão da parceria social, para Bolsa Aluguel, para as pessoas que já estão preparadas para sair daquela situação, e as moradias provisórias, um tema que ficou meio vazio.

Reforçando o nosso companheiro do Fórum, a questão dos 200 milhões. A minha preocupação é a seguinte: já que não temos esse dinheiro para poder fazer isso, queria saber como vai ser feita a questão da tenda.

Nós sabemos que era uma política de emergência, que não está dentro da política da Assistência Social, por isso gostaríamos de saber como vai ser feito isso.

Já que vai ficar até setembro do ano que vem, como foi garantido, quero saber como vai ser feito outro tipo de serviço, como vão arrumar dinheiro para poder fazer esse serviço. De onde vamos tirar esse dinheiro para poder colocar algo no lugar?

É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vou fazer uma inversão e chamar a Sra. Nilda Florio, do Grande Conselho Municipal do Idoso, para fazer uso da palavra.

A SRA. NILDA FLORIO – Agradeço. Quero pedir desculpas ao Vereador que está presidindo, porque nós idosos não discutimos políticas partidárias. Nós discutimos política do envelhecimento. Quero agradecer e parabenizar todos, mas muito especial, por isso que estou aqui, à Dra. Luciana.

Já tive a oportunidade e a felicidade de trabalhar durante dois anos com ela, numa área diferente, que era a do esporte, mas dentro dessa área nós discutíamos a questão social.

Vou fazer 80 anos daqui uns meses, vivo nesta cidade desde 62, moro na Vila Mariana, que não é considerada periferia e não temos nem um serviço municipal de apoio ao idoso da Vila Mariana.

A AFAI é algo fantástico, um piloto pago pelos familiares, nada mais do que justo estar integrado nas questões do Município.

Gostaria de dizer que, na proteção básica, estou aqui com o Vereador que conheci hoje, mas o conheço há muito tempo, como Conselho da região Sul, eu vou até Parelheiros, o que vou falar aqui não é invenção, sem conhecimento, mas sim de estudos e documento.

Alerto aos senhores Vereadores, que deve ser do conhecimento dos senhores, que a cidade de São Paulo, como no Brasil todo, já foi publicado, houve aumento de população. Não da população de 1 a 15 anos, nem até 29 anos, mas da população idosa.

Essa população idosa, de 1,573 milhão idosos, 80%, Srs. Vereadores, tenho acompanhado os eventos de Brasília, por conta própria. Gostaria Dra. Luciana de ter uma audiência com a senhora, com a presença de alguns vereadores interessados na questão social porque em um minuto não dá para eu dizer que estamos com um déficit imenso de núcleos de idosos. Porque 80% desse Hum milhão quatrocentos e setenta, vezes, 73%, são idosos ativos. E nessa cidade de São Paulo, é só consultar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que todos irão ver que o idoso, para se manter hoje, ele tem de arrumar um bico de trabalho, porque a aposentadoria, na grande maioria desse 80%, que vem do envelhecimento ativo, está muito deficitário. A última coisa, a Prefeitura do Município de São Paulo, não trabalhar em transversalidade, e nós, por meio do conselho, pelos jogos municipais do idoso, tentamos essa iniciativa. Gostaria de solicitar que a Secretaria de Assistência Social, por meio de seus funcionários tivesse um pouquinho mais de paciência com o atendimento à pessoa idade, como todas as demais repartições. Nós idosos, quando chegamos em uma repartição, falamos: “Já vem encher o saco, o idoso aqui...” São termos horríveis, temos conhecimento técnico, científico. Nós nos assustamos muito com isso. A Cidade de São Paulo tem ouvido isso. Outra questão, tivemos na Conferência Nacional da Assistência Social, onde o Município de São Paulo, por questões aleatórias ao nosso conhecimento não esteve presente. É incrível, nobre Vereador Presidente Paulo Fiorilo, que, Dra. Luciana, a verba que vem para a Cidade de

São Paulo, é quase a mesma que vem para à Cidade de Teresina, para a Assistência Social. Concordo que temos de reivindicar muito mais, do governo Federal, para aquilo que precisamos.

Agradeço a paciência de todos e em nome, do Conselho, agradeço o apoio das instituições e dizer – última questão – Dra. Luciana, os nossos núcleos onde estão sediados, as ONGs que tem convênios, os equipamentos não tem acessibilidade. Peço aos Srs. Vereadores que tem conhecimento envelhecimento, não aqueles que em só o conhecimento político partidário, isso não nos interessa, o que nos interessam são aqueles que estão ai, que tem têm conhecimento da situação da Cidade de São Paulo.

Dra. Luciana, que seja delegado, urgentemente, um recurso para o COMAS, no sentido da acessibilidade para essas instituições, porque se exigem das particulares, mas as que são do Município, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Antonio Cabral.

O SR. ANTONIO CABRAL – Boa tarde a todos. Gostaria de exteriorizar nosso apreço à nossa Secretaria, simplesmente, pelo jeito carinhoso e educado que tem nos recebido. Motivo de registro aqui, o comportamento da senhora. Dizer que o FAS, nesse dia, está realizando a plenária dos usuários no CEU Lajeado, e alguns de nós vamos ter de sair correndo para lá.

Secretária, não estamos em condições de desistir da nossa 13ª verba adicional, porque a humanização dos espaços onde atendemos nossos usuários, é necessária. Precisamos dessa verba adicional por conta da humanização dos espaços. Esses espaços precisam de adequações, manutenção, cuidar do espaço para que a qualidade do trabalho melhore. Tem de passar, mesmo, por esse processo. Essa verba é necessária. A educação já oferece essa verba. Gostaríamos que isso ficasse na assistência. Outra questão é referente a orçamento. Na nossa militância, na base, podemos ver que os vazios sociais existem. Cada dia aumenta a vulnerabilidade social, e precisa sim, ampliar mais serviços. O Natanael citou essa

questão da ampliação de serviços, precisamos que essa verba da assistência aumente. Ano passado foi pedido aqui, um acréscimo de verba, os vereadores fizeram uma emenda parlamentar para aumentar o Orçamento e esse ano precisamos novamente.

O Fórum tem uma bandeira de 5% para assistência. Não abrimos mão disso. Entendemos que a cidade precisa, minimamente de 5% para a Assistência Social para que ela não fique passando o pires todo ano na porta do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Wanderlei Aparecido Turini, Coordenador do FAS- Fórum Municipal de Assistência Social.

O SR. WANDERLEI APARECIDO TURINI – Nobres Srs. Vereadores, prezada Secretária. Vou me ater no documento que protocolizamos hoje nesta Casa, aos cuidados do Exmo. Relator Ricardo Nunes.

- É lido o seguinte: (Fórum da Assistência Social, da Cidade de São Paulo – FAS, em audiência realizada em 16/10/14, reiterar o acréscimo de 200 milhões...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Sr. Wanderlei. Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado nobre Vereador e demais vereadores, população, conselheiros e conselheiras do COMAS. Realmente, a exemplo do ano passado, recebemos com estranheza esse orçamento do fundo e da Secretaria de Assistência Social e vamos dizer porque.

Infelizmente foi colocado aqui uma coisa, aliás, não foi colocado a exemplo da Secretaria anterior que não respondeu sobre a questão do conselho da segurança alimentar e nutricional. A população faz uma pergunta e não é respondido, espero que a senhora responda as perguntas aqui atinentes. Por exemplo, o Programa Renda Mínima, histórico, importante para à cidade teve sua verba reduzida para 2015. Foi executado, em 2014, 90 milhões, até setembro 20 milhões e agora reduzido param 65 milhões. O programa Renda Mínima deixou de ser prioridade no Município de São Paulo. É lamentável a lei federal, a lei municipal e que, realmente, essa situação desse programa que consta do gabinete de sua Secretaria. E, aí, me lembra de coisas importantes no segmento dos serviços da assistência social. Acho que deveria ser explicado porque, infelizmente, uma vez por ano somente é que conseguimos debater esse assunto de extrema importância. O que é proteção básica? O que é proteção social? O que é proteção especial? Esses são os três níveis da Assistência Social e isso deve ser explicado para que a população possa participar de maneira mais sápiete.

Por exemplo, questão dos antigos núcleos socioeducativos, que são os SSAs. Quantos começaram em 2013 e quantos temos até agora, em 2014? Isso não foi explicado. Gostaria de saber numericamente como está se avançando esse setor para criança e adolescente, bem como o Cedeca.

Aí, a nossa indignação reside no fato da questão da população idosa também. A população idosa teve a sua verba na implantação de equipamentos, proteção e convivência da pessoa idosa reduzida de 1,5 milhão de reais para 1,33 milhão de reais. De novo a gestão

Haddad contra o idoso! Será possível que o idoso é a vítima? É a bola da vez de novo? Para onde foi essa dotação?

Para terminar, a questão da população negra. Desapareceu a dotação de gênero e etnia do Fundo Municipal da Assistência Social. Queria saber o que está acontecendo com essa questão dos segmentos sociais na cidade de São Paulo. Por que não se executa as verbas para os segmentos sociais?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Sr. Fábio Siqueira.

Tem a palavra a Sra. Soninha.

A SRA. SONINHA – Obrigada, Vereador. Primeiro, algumas dúvidas, alguns pedidos de esclarecimento.

Há uma dotação prevista para a Operação do Observatório de Política Social, de um milhão de reais, que é bem pouco dinheiro. No ano passado, eram dois milhões. Então, do que se trata exatamente a Operação do Observatório de Políticas Sociais?

Em relação à renda mínima, realmente o valor atribuído diminuiu. O pagamento previsto para este ano, às pessoas físicas, era de 84 milhões e agora, para 2015, de 60 milhões. Ainda por cima, é uma questão formal: está locado dentro do orçamento da Secretaria Educação e Ensino Fundamental! São coisas bem diversas. Não entendi porque essa rubrica foi colocada dessa maneira.

Outra coisa. De fato, o orçamento nominal, o orçamento da Secretaria diminuiu de 337, em 2013, para 196, em 2014, e 177 para 2015. Se o Fundo aumentou tanto a sua lotação, em que se baseou essa decisão de diminuir o que é atribuído diretamente à Secretaria e aumentar ao que corresponde ao Fundo?

Quanto ao controle da execução, é muito difícil, sempre é, chegar ao site da execução orçamentária. Quando você chega lá, o item, por exemplo, das coordenadorias regionais de assistência social está completamente em branco. Não tem nenhum sinal, lá, do

empenhado, liquidado. No Orçamento para este ano, constava, também do orçamento da Secretaria, “fortalecimento da rede de proteção à criança e adolescente, em especial as ações de enfrentamento à violência sexual: 400 mil reais”. Esse item não aparece no orçamento da Secretaria para este ano e, de qualquer forma, para 2014 estavam previstos 400 mil reais, que também não foram empregados até hoje. Sobre a audiência pública propriamente dita, é uma reclamação recorrente- Três minutos para cada pessoa é muito pouco. O Vereador disse que esta é a previsão da Casa... Tem de ser a previsão mínima, e o máximo para a Mesa, de repente.

Às vezes, há audiência pública disponível, na íntegra, em vídeo, o que não é a coisa mais prática do mundo para se consultar; às vezes, nem isso. Então, precisaria ter a disponibilidade fácil da Taquigrafia, de toda a sessão, com todas as questões trazidas e todos os dados expostos pela Mesa - e, principalmente, as respostas, não é? Toda a audiência pública termina com a gente dizendo: "Ah, essa resposta encaminharemos depois; isso a Secretaria vai responder, depois, por escrito", e nunca tomamos conhecimento dessas respostas - será que elas vieram? Então, tem de ter uma obrigação de, numa audiência pública, haver, de fato, o encaminhamento para essa segunda etapa que sempre é prometida pela Mesa e a gente nunca toma conhecimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Soninha.

Queria chamar agora a Dona Maria do Socorro, lá de Itaquera, da Associação Nosso Sonho.

Depois da Dona Maria do Socorro, o Sr. Ricardo de Lima, também do FAS; depois, o Sr. Carlos Nambu, Laerte...

Queria lembrar que estão encerradas as inscrições.

Sr. Laerte Brasil, Edelmar Ulrich e a Dona Dulcineia pediu, mas... Eu vou fazer aqui a concessão, apesar de haver encerrado. Depois, nós vamos rever o tempo.

Dona Maria do Socorro, por três minutos. Eu vou avisar quando estiver faltando um.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - É ruim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - É bom, não é, Dona Maria do Socorro?

A SRA. MARIA DO SOCORRO - É ruim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - A senhora está sempre aqui conosco.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Claro. E nunca sou ouvida. Fazem de conta que escutam, fazem de conta que fazem, eu faço de conta que sou atendida, e passo para a população que faça de conta que é beneficiada, tá?

Assistente social é uma pessoa que amo de paixão, certo; amo minha região. Quero saber se Itaquera, no Plano de Metas - que eu enchi o saco nas audiências públicas -, se foi contemplada. É uma pergunta, tá? Itaquera.

Outra pergunta: vocês falam tanto dos imigrantes - certo? -, que dão o maior apoio, a maior assistência. E a população nossa, que é da favela, que é do morro, que são moradores de rua, que está aumentando demais, certo? Assistente social, passamos quase um ano sem saber o endereço dela, do CRAS, do CREAS e do SUAS - e eu sou atuante. Eu sou atuante, certo?

Eu quero saber o que vocês estão querendo e vão fazer por Itaquera? Vocês falam em Itaquera... É o Itaquerão...

Antes de ontem eu estava com Haddad. Eu vi a inauguração do CEU São Pedro; eu vi a inauguração do terminal - é lindo, maravilhoso, no papel, viu, gente! Só que, por três vezes, perguntei para ele: "E o idoso, está onde?". Então, quero saber qual a proposta e vocês têm para Itaquera.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto, Dona Maria.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Não vou parar agora, não, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não falei para a senhora parar, eu avisei que a senhora tem um minuto.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Aí eu quero saber: o Plano de Metas, o que tem de benefícios para os moradores de rua, para aquele "De Braços Abertos", que é tudo enganação, que eu sei quem são os jovens que estão na droga, que simplesmente fecharam um Cabes (?), tá? Nós queremos que nenhum equipamento para o idoso e pessoas com má índole em negociata política partidária na Rua Corre-Corre, e até hoje está fechado. Essas são as perguntas e eu quero respostas, porque tudo o que passa aqui eu falo para a comunidade.

Muito obrigada. (palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado.

Passo agora para Ricardo - que a lista foi para lá -, Ricardo Lima, é isso?

O SR. RICARDO LIMA - Isso, correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Três minutos. Vou lhe avisar quando estiver faltando um minuto.

O SR. RICARDO LIMA - OK.

Quando nós - na primeira audiência, em que estava a pessoa do Sempla, então nós questionamos esses dados, os dados reais, os dados dos papéis e os dados que nós vemos a olho nu.

Sabemos que Aldaíza Sposati com Dirce Koga, com diversas pessoas - mestres e doutores da PUC - produziram um mapa da exclusão e inclusão social. Não sei se foi publicado ou por que não foi publicado, sei que não temos acesso, ainda, para debater. Acho que é de grande importância para a sociedade paulista, para a Câmara de Vereadores, para os gestores públicos, porque se não há iniciativa de alguma editora em publicar, que o material seja publicado pela Câmara, seja publicado pela cidade de São Paulo porque é de extrema importância para que nós entendamos os vazios sócio-assistenciais da cidade.

Quando olhamos para a população em situação de rua, o dado apresentado pelo Observatório não foi atualizado, tanto é que nós precisamos de atualização. Quando é que o Observatório produzirá os dados específicos, o censo, para que possamos debater? Quando

nós vemos a realidade e o papel, notamos que mesmo os 200 milhões que o FAS – Fórum de Assistência Social está pedindo é um meio para ampliar, e a defesa da 13ª parcela, é no sentido da humanização do serviço. Notamos que é preciso reformas, que é preciso humanização e, sobretudo, precisamos ampliar o nosso RH porque ele é mínimo, faltam recursos humanos na ponta para que ampliemos a humanização do serviço. Precisamos melhorar o RH, que será discutido quando debatermos a portaria; precisamos fazer a manutenção dos serviços e, sobretudo, precisamos dos dados, os quais são importantes e devem ser produzidos pelo Observatório. E já há produzido pela PUC. Só assim é que poderemos entender, discutir e criar um atendimento efetivo para a política da Assistência Social da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Ricardo. Passo a palavra ao Sr. Carlos Nambu, por três minutos.

O SR. CARLOS NAMBU – Bom dia a todos, a todas. Bom dia Sra. Secretária, Sr. Fabrício, Srs. Vereadores. Sou Presidente do Comas – Conselho Municipal de Assistência Social.

O pessoal deve estar se perguntando como é que o Comas deixa passar um Orçamento desses se a cidade pede 5% para a Assistência Social? Estava pior! Aí houve uma interlocução, o limite orçamentário realmente teve um corte maior.

Houve três reuniões no Conselho, houve interlocução – Comas, SMADS e Sempla – e nós conseguimos manter com ampliação de 90 milhões. E a aprovação não foi essa felicidade de ter conseguido manter os 777 milhões. Foi publicado no Diário Oficial a aprovação do orçamento, mas há uma nota pública dizendo do descontentamento com o limite orçamentário à Assistência Social.

O Comas, por defender as deliberações das conferências, fala de 5% da receita para a Assistência Social, que é importante, e entendendo que há necessidade de ampliação, há verba adicional, temos os reajustes, há várias despesas, a gente entra em concordância

com a solicitação do FAZ, da emenda de 200 milhões: 130 para proteção social especial; e 70 para a manutenção.

Encerrado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agora fará uso da palavra uma pessoa que nunca usa a palavra, o Sr. Laerte Brasil da Unibrasil Trabalho e Empreendedorismo.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Nacional da Unibrasil Trabalho e Empreendedorismo; e Presidente mundial da União, Trabalho, Sustentabilidade e Vida.

Um dos grandes eixos do milênio da sustentabilidade humana, que a nossa central defende, é que para se formar uma nova sociedade voltada para o trabalho, ao empreendedorismo, é preciso investir em políticas públicas, é preciso formar um novo cidadão, e que a criança, o adolescente e a juventude sejam englobados em políticas públicas, em ciências sociais, educação, cultura e esporte.

Infelizmente, nos 20 anos do regime militar, os militares sucatearam o universo desportivo do país, mantiveram a *cartolagem* por mais de 20 anos, e eles enriqueceram ilicitamente em cima do esporte.

O Brasil vai sediar um dos maiores espetáculos esportivo da humanidade, os jogos olímpicos. Fizemos uma pesquisa e está arriscado a gente ser ultrapassado pelo país vizinho, pela Argentina.

Vou citar alguns dados. Assistimos aos jogos olímpicos de Londres, e 67% das medalhas de bronze, ouro e prata foram conquistadas por atletas mulheres da China, da Inglaterra e dos Estados Unidos. A Imprensa publicou, disse que houve um fenômeno. Mas analisando, sabem por que as mulheres conquistaram? E só são diferentes dos homens fisicamente, homens e mulheres são iguais. Sabem por quê? Porque 100% das políticas públicas nesses países, 30% são para as atletas mulheres, 30% para atleta homem e 40% para a formação e iniciação esportiva. No Brasil há uma grande discrepância, 68% vão para as

confederações, para a *cartolagem*; 4% para formação desportiva; e sobram 28% que serão distribuídos 20% para atleta homem e 8% para atletas mulheres.

Encerrando, tenho a dizer que apresentei o projeto para a construção dos CEUs na época da Prefeita Marta, um para cada subdistrito da cidade de São Paulo.

Comecei a debater a questão do esporte no Governo Sarney, quando defendi a institucionalização do Ministério do Esporte, viabilizado no Governo Lula.

Vou fazer duas perguntas. Defendemos, Secretária - como é pouca verba -, 5% do Orçamento para a Assistência Social, porque as Ciências Sociais são fundamentais para o desenvolvimento humano. E também defendemos um grande projeto de iniciativa esportiva dentro das escolas, nos CEUs, nos clubes, nas entidades sociais, integrando a sua Secretaria com a de Esporte e Educação e Cultura.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O próximo inscrito é o Sr. Edelmar Ulrich. O senhor é alemão? (Risos)

O SR. EDELMAR ULRICH – Bom dia a todo mundo, bom dia a Mesa. Cumprimento os Vereadores, a Secretária. Praticamente todos já ouviram falar da AFAI – Centro Dia do Idoso Fragilizado.

Tenho a lhes dizer que fundamos essa associação porque temos familiares em nossas casas com Alzheimer, com Parkinson, com AVC, com uma média de idade de 85 anos e não há equipamentos sociais que cuidem desses idosos. Se há um choro generalizado em termos do que se está fazendo para o idoso ativo, para o idoso que ainda anda, imaginem para aqueles que estão fragilizados?

São Paulo tem cerca de 500 mil idosos que não fazem mais sozinhos as atividades básicas da vida diária. Nós, familiares, tivemos que montar o centro-dia do idoso em 2005 e estamos, em 2014, falando ainda neste assunto. Nós seguramos sozinhos até agora. Quando digo “sozinhos”, é que nós, familiares, fazemos a gestão dessa casa. Tivemos ajuda, sim, de

instituições de ensino – USP, PUC, FMU, atualmente o Mackenzie -, mas é muito injusto a gente tem que sobreviver fazendo bazares, fazendo rifas e não ter um atendimento por parte de uma parceria com o poder público. Surgiu em 2009, de comum acordo, a um conhecimento junto ao Vereador Dalton Silvano, a Lei 15.809. Brigamos pela implantação do centro-dia do idoso já em 2009, mas não foi implantado, não aconteceu nada.

Na verdade estamos falando de morte, de um final de vida indigno e essa indignidade vai passar para cada um que está dentro desta Casa, porque se a responsabilidade hoje não existe e continuar a não existir, como é que nós vamos morrer? Estamos lidando com morte. As pessoas estão morrendo sem dignidade de vida.

A AFAI cuida desses idosos através dos custos dos familiares. E nós pleiteamos, sim, estar no orçamento público, numa parceria junto à Secretaria da Assistência Social. Somos modelo para o Brasil inteiro, continuamos recebendo os municípios, continuamos recebendo inclusive as entidades sociais que nos procuram para saber como funciona. Se quiserem, podem entrar na internet, vocês vão encontrar AFAI Centro-Dia do Idoso e como funciona.

É imperativo que a AFAI e os outros centros-dia do idoso... Fala-se em 15 centros-dia. Gente, muitos vão morrer sem dignidade de vida, porque ainda é pouco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Ademar. Última é a Sra. Dulcinéa Pastrelo, do Fórum de Assistência Social, por três minutos.

A SRA. DULCINÉA PASTRELO – Boa tarde. Obrigada pela possibilidade de falar. Eu queria pedir para a Luciana contar um pouco como está a participação da Secretaria de Assistência Social no Programa Braços Abertos, entendendo que ele está sendo estendido. Não sei se todos aqui sabem, mas ele está sendo estendido para mais cinco regiões da Cidade. Eu estou vivendo a experiência na Leopoldina, tem algumas pessoas aqui também, de abordagem de rua que também estão, e eu queria aproveitar a boa vontade e o entendimento

dos vereadores de querer ajudar, então dizer se temos verbas suficientes ou, se não temos, vamos pedir, aproveitar este momento e pedir para ampliar.

A outra questão é se no orçamento, para a questão dos Creas, como você está prevendo a questão de RH, como que você vai fazer, se você vai conseguir concurso público. Nas organizações sociais também, para a gente desenvolver bem esse programa de abordagem de rua que é essencial, a gente também precisa rever o quadro de RH, precisa rever as questões de estrutura para esse trabalho, carros, pessoal; como que você vê isso. E se os vereadores podem nos ajudar, se você está apertada aí com a verba, de aumentar.

Porque, veja bem, com essa experiência do Braços Abertos a gente vem percebendo o quanto são importantes todas as secretarias estarem envolvidos na assistência social. A verba da Assistência Social nunca vai ser suficiente e nem quero que seja suficiente nem quero que ela cresça. Se ela cresce é sinal de que a Cidade não dá conta dos seus problemas, que não é problema da Assistência Social problema de saúde, de educação, de habitação, de moradia, de trabalho.

Quando a gente está junto nesse programa, a gente senta com todas as secretarias e cada uma tem que dizer qual é a sua parte. Então outra proposta é, quando a gente vai discutir o orçamento nesta casa, discutir com todas as secretarias juntas, para ver no contexto como é que a cidade está sendo vista. E não só dizer vamos aumentar... não sei se 4, 5, 10% que precisa para a Assistência Social. Eu queria que esse índice fosse abaixando a cada ano para a gente perceber que todas as outras secretarias estão dando conta do que também é propósito delas.

Está aí minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sra. Dulcinéa. Pela ordem, Vereador Dalton Silvano, antes de passar a palavra à Sra. Secretária, por 30 segundos.

O SR. DALTON SILVANO (PV) – Quero cumprimentar o Edemar, presidente da AFAl, Associação dos Familiares e Amigos do Idoso, pela sua fala, pelo apoio. Antes de V.Sa.

eu falei do seu apoio para a elaboração do projeto de lei Centro-Dia do Idoso e reivindiquei, como não consta do orçamento, a implantação do Centro-Dia do Idoso na Vila Mariana, que foi ali o nascedouro pelo menos da sua experiência pessoal, de que compartilhei e compartilho, da criação do Centro-Dia do Idoso para os idosos fragilizados. Então quero só dizer que já reivindiquei para a Secretária, para o relator do orçamento, a inclusão do Centro-Dia na Vila Mariana ou naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou passar para a Secretária para as respostas, em seguida para o Relator para as suas considerações.

Quero aproveitar para informar que fizemos uma alteração. A Secretaria Municipal de Política para as Mulheres, da Secretária Denise Motta Dau, nós vamos ouvir no dia 10 de novembro. Vamos ouvir em seguida, ao final desta, a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com o Sr. Antônio da Silva Pinto, que já se encontra aqui – quero agradecer - , para que a gente possa tentar concluir até as 15h.

Pela ordem, Vereador Ricardo.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, só para ajudar no encaminhamento, com relação à Secretaria da Mulher, não sei se o público presente aqui concorda, porque também a gente não queria fazer nada sem estar de acordo (ininteligível) estava marcado. Tudo bem? Então fica para o dia 10 de novembro, sem nenhuma objeção. Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Dalton Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Antes de passar a palavra à Secretária Luciana, quero anunciar a presença do Vereador Laércio Benko, presidente do PHS. Grande Vereador, no seu primeiro mandato já está arrebatando.

Com a palavra, Secretária Luciana.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – Bom, são muitas questões, vou procurar seguir a ordem e responder objetivamente cada uma. Na verdade é difícil responder objetivamente porque as questões são muito complexas.

Natanael, a questão da 13ª parcela a que você fez referência, na educação, se dá, a gente tem estudado, tem discutido com o Comas e com o FAS a questão dos “conveniências” que são da Educação e da Assistência e que a gente tem que uniformizar. Na verdade, a verba provisionada que a gente dá, a Educação não dá. Existe um descompasso de coisas que a Educação dá e que a Assistência não dá, e coisas que a Assistência dá e que a Educação não dá. Acho que esse marco regulatório vai ser o grande momento de a gente equacionar todas essas questões e acho que é muito importante.

Você sabe o que eu penso da 13ª parcela, você sabe que eu acho que é uma grande coisa se a gente conseguir repassar para vocês. É lógico que depende do orçamento não só da Assistência, mas do orçamento da prefeitura. Mas eu defendo muito que a gente repasse não só o reajuste, como a 13ª parcela. Acho que a gente está numa construção para equacionar esses serviços e o marco regulatório vai ser uma boa oportunidade para a gente fazer isso.

O Carlos Henrique fala do conselho de monitoramento. Deixe explicar bem essa questão que é bem mal compreendida. O conselho de monitoramento de políticas para a população em situação de rua estava na Secretaria da Assistência. No início da gestão o Prefeito Fernando Haddad criou a Secretaria de Direitos Humanos. Numa conversa com o Secretário Rogério Sottili, ele sabia de uma angústia grande que a Assistência tem, que a Dulcinéa até levantou aqui, que é que os problemas não podem se esgotar e não se esgotam na Assistência Social. População em situação de rua é um desses problemas que de fato não se esgotam na Assistência Social; a gente precisa estar perto da Saúde, da Educação, do Trabalho, da Habitação.

Então qual foi a construção desta gestão? Não foi de tirar força desse conselho ou do movimento de população em situação de rua, mas fortalecer. Como é que a gente entendeu que haveria um fortalecimento? Quando, em vez de o conselho ficar no âmbito da Assistência Social, o prefeito criou um comitê, que tem outra força, porque na verdade é um comitê que

deveria pelo menos ter outra força, dentro da Secretaria de Direitos Humanos, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, no qual têm representação não só a sociedade civil, mas todas as secretarias que estão afetas ao tema. Na verdade, Carlos, a gente procurou fazer um movimento de fortalecimento dessa discussão, desse monitoramento...

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – É que não é comissão. Agora Direito Humanos virou Secretaria, então ela tem força de secretaria.

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – Mas lá também. Eu convido você, Carlos, a conhecer o comitê. O comitê é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, tem representação de governo, mas o movimento da população em situação de rua está lá, o Padre Júlio está lá, a população em situação de rua está...

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – Desculpe, eu estou respondendo para ele. Só um minutinho, porque foi ele que perguntou.

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – Então vamos só entender. Acho que a gente pode discutir isto até em outra seara, o que é mais próprio, podemos repensar, podemos rediscutir. Mas é preciso ficar claro que houve um movimento de fortalecimento e não de desidratação do conselho. Acho que a ideia, quando o prefeito criou por decreto o comitê, era o comitê que teria mais força do que um conselho, porque o conselho na secretaria é consultivo, o comitê na verdade tem uma característica executiva.

Aliás, na verdade a gente precisa entender o seguinte: que foi feito de acordo com o modelo federal. No modelo federal tem um comitê integrado por gestão pública e sociedade civil, então o modelo foi este. A gente pode discutir isto, se de fato foi melhor ou pior para a cidade, mas o movimento foi de fortalecimento, assim como de resto todo o movimento de

fortalecimento da população em situação de rua. O diálogo com a população em situação de rua é outro hoje, isto é inegável. Qualquer pessoa que estiver em contato com o movimento da população em situação de rua, e com as (ininteligível), sabe que a discussão hoje é outra, a relação hoje é outra. A gente estabeleceu uma relação de respeito com essa população, o que não havia na gestão anterior; criamos várias propostas novas de acolhimento. Preciso dizer isso rapidamente, porque isso é uma característica importante dessa secretaria.

Me perguntaram – vou aproveitar e responder algumas questões – sobre o censo da população de rua, quanto aumentou, qual é a estatística real hoje da população – o Ricardo perguntou – a questão do observatório e a questão da divulgação dos dados. Eu vou engatar isso só porque acho que já estamos aqui.

Já contratamos um novo censo da população em situação de rua que vai ser realizado até o final do ano. Fizemos o chamamento, a Fipe foi a ganhadora que tradicionalmente faz – não fez o último, Até o final do ano nós temos que, por obrigação legal, apresentar esse novo censo de população em situação de rua. Só que nós qualificamos esse censo; para além do dado numérico, a gente está pedindo uma qualificação desses dados para entender quem são exatamente essas pessoas, de onde elas vêm, por que elas estão na rua e como é que a gente faz para que elas saiam dessa condição. Vai ser um censo muito completo e vai estar pronto, se nada der errado, até o final do ano.

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – Só um minuto. Já chego na senhora.

Em relação a parceria com outras secretarias, também a gente tem feito parcerias. Falando da Dulcinéa e respondendo também ao Carlos. Nessa luta de cuidar da população em situação de rua e outras situações, a gente tem feito parcerias muito fortes, ou tentado construir uma parceria que não é a regra de trabalho das secretarias. Nós temos vencido uma resistência muito grande para poder fazer um trabalho integrado.

Na semana passada o prefeito inaugurou um espaço da Zaki Narchi, que é um

espaço de acolhimento com uma característica especial – nós podemos discutir isto em outro momento. Lá, além do acolhimento da população em situação de rua, vai ter uma UBS, um Capes AD para tratar dessa população que tem problema sério, às vezes, de dependência química e problemas de saúde em geral. Vamos ter um equipamento da Secretaria de Serviços, de inclusão digital. Estamos fazendo uma unidade remota do Pronatec lá dentro. Tem quadras poliesportivas, vai ter um centro de reciclagem, tudo dentro do mesmo espaço, para essas pessoas. Então nós estamos nos esforçando para fazer um trabalho conjunto, porque as questões não se esgotam no âmbito da assistência social e a gente precisa otimizar os vários serviços que tem no município de São Paulo para que esse trabalho realmente surta efeitos mais positivos.

A Nilda, que também já foi embora, que é uma pessoa muito querida com quem eu trabalhei, é uma guerreira, uma mulher brigadora e que tem uma causa mesmo, luta muito por essas questões. Ela não vai poder escutar a resposta, mas na verdade, sim, a gente sabe que tem um vazio muito grande na cidade e – aqui respondendo de novo ao Ricardo – esses vazios estão mapeados pelo Observatório Social da Assistência, pelos trabalhos realizados pela professora Aldaíza, a professora Dirce Koga. A notícia que eu ia dar para o Ricardo, mas acho que ele não está mais aí, vocês contam para ele, é que a secretaria já montou uma apresentação – vou depois divulgar a data, não sei exatamente quando vai ser -, mas nós vamos fazer a publicação desses vazios da cidade, e nós vamos uma apresentação e a divulgação juntamente com o Comas.

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – No dia 24 de novembro - o Nambu acabou de me passar a data – a gente vai fazer essa divulgação, justamente a discussão dos vazios da cidade, de todos os serviços que precisamos, e a distribuição de uma publicação com esses vazios.

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – A periferia fica com um vazio muito grande que nós estamos tentando preencher sempre, há anos, não é nesta gestão. Ou o vazio começou agora? O vazio está lá há muito tempo. Estamos todos num esforço muito grande de tentar preencher esses vazios.

Socorro, só para dar uma informação relativa especificamente a Itaquera, nós vamos ter, previstos já, três Cras novos e um Centro-Dia do Idoso em Itaquera. O endereço eu não tenho. A gente tem a meta distritalizada.

- Fala fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO – Eu sei. A senhora me perguntou o que vai ter em Itaquera, eu estou respondendo. É para cobrar mesmo. A cidade inteira vai cobrar, porque está nas metas.

Queria dizer... Antônio Cabral. Ampliação dos serviços, 13ª, 5% para Assistência Social, mais dinheiro. Cadê o Antônio Cabral? Também já foi. Antônio, nós também queremos tudo isso. A Assistência Social quer melhoras no serviço, quer ampliação, quer a 13ª parcela, e nós fazemos essa interlocução com a prefeitura e com o Secretário de Planejamento e de Finanças. Vocês têm testemunhado isso. Tudo que é possível nós temos advogado para a Assistência Social, e o que é possível dentro do orçamento da prefeitura nós temos conseguido.

Vanderlei, o manifesto que você leu é importante. Eu sempre insisto nisso, tanto com o FAS, você na presidência do FAS, o Nambu na presidência do Comas, e nós na Secretaria. Cada um tem um papel nesse caminho. Às vezes a gente consegue andar na mesma linha, às vezes a gente tem que separar um pouco, porque os papéis são diferentes, mas acho que o nosso objetivo é comum e louvo a luta do FAS e do Comas por uma ampliação do orçamento. Claro, sem dúvida nenhuma, quem trabalha na Assistência Social sabe das imensas necessidades, e vocês estão cumprindo com excelência o papel que lhes cabe. O meu papel é um pouco diferente, mas estamos aqui e a gente sempre acaba convergindo

porque o interesse é pela prestação correta de serviço e superação das vulnerabilidades da Cidade de São Paulo.

O Fábio Siqueira perguntou sobre o Renda Mínima. Preciso explicar claramente o que aconteceu com o Renda Mínima porque já gerou muita confusão e sem diminuir o Renda Mínima. Quando ele foi criado não havia o Bolsa Família, ele é um programa de transferência de renda municipal anterior ao próprio Bolsa Família, portanto, quando chegou o Bolsa Família, na verdade, não se atentou para o fato de que o renda mínima pela legislação é complementar a outros benefícios, então, ele tinha um repasse maior porque era o único. Quando se criou o Bolsa Família ele passou a ser complementar, então, o que a gestão fez foi atender a legislação do próprio Renda Mínima e transformá-lo em complementar ao Bolsa, fazendo o cruzamento dos dados que é uma obrigação da gestão pública para o uso correto do erário.

Fizemos o cruzamento das famílias que recebiam o Bolsa e o Renda Mínima, então, houve uma diminuição do Renda sim em decorrência desse fato. Em relação a verba da Secretaria para etnia, preciso ver melhor onde foi parar isso e nunca soube nem que havia. Não tenho dúvida de que se havia uma verba na Secretaria para tratar dessa questão foi para a Secretaria de Política Racial porque na verdade o Prefeito Haddad criou três novas Secretarias: Igualdade Racial, Política para as Mulheres, Direitos Humanos e Inclusão da Pessoa com Deficiência porque são três áreas que estavam inseridas em outros espaços e que merecem um olhar específico e uma iluminação maior e foi o que o Sr. Prefeito fez.

Dona Maria do Socorro, acabei de responder o que vai ter em Itaquera, o Ricardo eu respondo. Em relação à ampliação dos serviços e do RH isso faz parte de uma discussão que propusemos que é a da portaria 46 e que o Comas e o Fas sabe que estamos avançando conjuntamente nessa discussão que vai redundar em algumas modificações de propostas de serviços, inclusive, RH, que vamos ter de chegar a um denominador comum porque o ideal às vezes não pode ser alcançado, mas vamos conseguir sim, tenho certeza, conjuntamente numa discussão muito séria aprimorar o que precisa ser aprimorado.

Namu, essa sua colocação sobre a aprovação no Comas acho que é muito pertinente, sobre Orçamento, fizemos um grande esforço que você retratou aqui três discussões envolvendo Sempla, Smades e Comas, o que demonstra uma pré-disposição de olhar com atenção e cuidado esse assunto, nessas três reuniões redundou um aumento de 90 milhões no limite inicial que tinha sido colocado para a assistência social e agora vocês estão brigando por mais e como disse para o Vanderlei é uma luta legítima e vocês estão exercendo muito bem esse papel que é de vocês.

Para o Laerte, acho que respondi sobre a integração das Secretarias e a de Esportes também é muito importante e temos feito várias conversas. Inclusive tem uma notícia que não dei e que a Nilda gostaria que é que tivemos uma conversa bem adiantada com a Secretaria de Esportes para fazer núcleos de convivência de idosos nos CDCs. Já mapeamos vários CDCs para instalarmos núcleo de convivência de idosos para justamente integrarmos essa parte esportiva que é muito importante.

Edelmar, eu conheci o seu espaço com o Vereador Dalton Silvano e tive a melhor das impressões, me empolguei muito com a ideia do fortalecimento do Centro Dia em razão do trabalho que você executa, que é um trabalho louvável e que já discutimos naquela ocasião como era importante um aporte, um apoio do poder público a esse trabalho.

Logo de início o senhor não estava, mas o Vereador Dalton Silvano me cobrou veementemente e justifiquei dizendo que tínhamos a discussão de onde as metas seriam colocadas foi uma discussão em audiências públicas, por alguma razão, não houve uma discussão para lá por isso não está nas metas, mas vamos trabalhar numa conversa com vocês para poder usar o trabalho que já vem sendo desenvolvido de forma muito boa e vamos fazer adequações diante da normativa que foi aprovada no Comas para o Centro Dia e me comprometo com isso publicamente.

Dulcineia falou do Braços Abertos e do RH e tenho uma notícia que ontem saiu publicado o concurso público para a assistência social e vamos ter para 300 novos assistentes

sociais em São Paulo, divulguem para que prestem o concurso para a secretária de Assistência Social e daí teremos um fôlego bom para melhorarmos nossos serviços e poder ampliar a nossa rede direta. É uma conquista, pois estávamos há nove anos sem concurso.

Defendo o Programa Braços Abertos com todas as armas que tiver, eu ajudei a construí-lo e vários Secretários e construímos do nada, no meio daquela população que todo mundo desprezava e julgava que eram noias, fantasmas que não existiam, e se existiam era de uma repulsa terrível. Essa gestão teve a coragem de ir lá no meio daquelas pessoas para dizer que eles eram gente e que iríamos tratá-los como gente e eles têm respondido como gente. Hoje são 500 pessoas no programa.

Outro dia um jornalista me disse que o Secretário estava anunciando a contratação de 16 pessoas do Braços Abertos (essas pessoas estão ótimas e são duas mães com filhos recém-nascidos, um casal que tem cinco filhos) foram contratados para um serviço de limpeza, foi uma parceria e eles já saíram do Braços Abertos e estão no Autonomia em Foco) que é outro programa que aprovamos no Comas para pessoas em situação de rua com mais autonomia.

O jornalista questionou que eram só 16 de 400 pessoas e eu disse que era maravilhoso porque pegar pessoas que estavam largadas na rua há 15 anos, fumando *crack* todo dia, depois de sete meses estarem assinando uma carteira de trabalho, é maravilhoso ter 16 pessoas nessas condições. Na instância que for gosto de ser convocada para defender esse Programa porque conheço cada um daqueles beneficiários e conheço as famílias das crianças que estão lá.

Quando a *Folha* e o *Estadão* dizem que as crianças estão presas, exiladas, quero dizer que conheço aquelas crianças e elas estavam morando na rua com ratos passando em cima. Tiramos das ruas, colocamos nos hotéis, que não são ótimos, mas era o que tínhamos porque eram hotéis de tráfico e prostituição e conseguimos porque se não as pessoas não saíam daquele território e nós os colocamos nos quartos de hotéis com as crianças e elas

foram para creches e escolas e CCA e elas estavam nas ruas morando com os ratos. Quem quiser falar mal do programa pode vir falar comigo, mas eu não quero que fale comigo não, quero que chamem os 400 beneficiários e perguntem o que eles estão achando do Programa. Perguntem para eles e quero ver quem vai ter coragem de falar mal desse Programa do Fernando Haddad, que é o Programa mais corajoso que se fez nos últimos tempos e que vem gente do mundo inteiro para entender o que está acontecendo aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Quero parabenizar a Secretária pela forma efusiva e emocionada como falou desse programa. Isso é porque V.Sa., Secretária, convive com o problema, e nós, Vereadores, que também convivemos com vários problemas conseguimos sentir a sua emoção neste momento.

A plateia, pelos aplausos, também sentiu.

Também quero dizer que precisamos agilizar a audiência pública da próxima pasta, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

O Vereador Aurélio Nomura tem mais questionamentos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só uma dúvida, Secretária: a senhora acabou de comunicar que foi aberto concurso público para contratação de 300 Assistentes Sociais, mas nós, observando o orçamento, notamos que a variação de 2014 para 2015 é de apenas 3% e verificamos, também, que dentro do percentual do aumento temos 3 milhões na fonte 07, ou seja, aqueles recursos que estão *sub judice*.

Então, pelo que vemos não há margem para aumento de funcionários, sequer do dissídio. Há possibilidade de colocar isso numa emenda, fazendo a adequação, que seria elaborada pela Comissão?

A outra questão diz respeito ao FAS – há um pedido deles protocolado -, no sentido de que há necessidade de um aumento de 200 milhões, sendo 130 para proteção básica e 70 para manutenção. Eu gostaria de saber a opinião de V.Exa. com relação a esse pedido.

A outra questão diz respeito – como a senhora havia mencionado – à implantação

dos núcleos de idosos no CDCs. Gostaria de saber de onde virão esses recursos? Porque eles não constam no orçamento e não há a possibilidade de flexibilização. Se existe essa possibilidade de esta Comissão fazer a inclusão.

Outra questão é a respeito das transferências federais. É bom que se diga que houve uma redução dentro do orçado – não estou falando do realizado. A redução foi brutal de 68 milhões para 59 milhões. Por quê?

Outra coisa: dentro do aumento que se pretende para o orçamento do ano que vem, temos 30 milhões na receita condicionada. Isso coloca em perigo todo o processo que se pretende desenvolver pela Secretaria.

Eram essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Antes das respostas, quero passar a palavra ao Vereador Adilson Amadeu, brilhante Vereador, combativo e que tem dado uma enorme contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da cidade de São Paulo em todas as áreas.

O SR. ADILSON AMADEU – Obrigado, Presidente. Boa tarde, Secretária Luciana, Secretário Artur e todos os demais.

Eu tentei algumas vezes falar com a senhora, Secretária, mas não consegui. Depois, falei com a senhora chefe do seu gabinete. Depois, veio uma Assistente Social no meu gabinete, mas não me recordo o nome.

Quero aproveitar a oportunidade porque eu estava querendo saber sobre o albergue na região do Tatuapé. Dai, recebi uma resposta de três Assistentes Sociais, com a qual eu não devia perder muito tempo, no sentido de que eu era preconceituoso.

Eu respondi para a sua Secretaria e para as suas Agentes Sociais que não sou preconceituoso, muito pelo contrário: até tenho uma creche há 19 anos, da qual cuido sozinho e procuro fazer o melhor possível - são pela minha empresa todos os gastos. Mas eu vou passar isso para a senhora porque acho que elas precisariam ter um pouco mais de delicadeza

quando um Vereador ou qualquer Munícipe faz uma pergunta, não é? Acho válidos esses acompanhamentos.

Parabéns, esse trabalho que a senhora fez eu considero importante – eu já acompanhei muito. Realmente, é preciso ter vontade para fazer, e o Governo está fazendo junto com seus Secretários competentes, que é o seu caso – eu acompanho o seu trabalho.

Também aproveito para perguntar sobre outro assunto: no Centro, estamos com uma situação crônica, abaixo do Viaduto Bresser, ali está se tornando algo diferente de tudo o que podem imaginar – tenho relatos importantes que faço questão de oferecer à Secretaria. Sou nascido e criado na região, e as informações vêm muito.

Eles só não adentram a linha férrea porque ali há uma Guarda paga com escolta e que falam fiquem ai, vão fazer o trabalho que vocês querem e, depois, voltem que está tudo certo.

Depois entrego em suas mãos a exata resposta que tive das Agentes Sociais, e não sou preconceituoso. Estou sempre me colocando à disposição para algum tipo de trabalho na área social.

Estou muito preocupado – são vários temas, temos 55 Vereadores competentes que andam nas ruas e querem saber: a sua Secretaria vai precisar de verba para a área de manutenção de sistema de tecnologia. É com a Prodam que vocês usam o sistema?

Temos um protocolo de uma CPI com a Prodam, por que eu falo isso? Porque a Prodam não está atendendo o Município de São Paulo, as Subprefeituras. A Prodam está atendendo a sua Secretaria? Se pudesse me falar um pouquinho de que maneira estão usando todo esse sistema e o por quê desse aumento da verba que chega a 7 milhões.

Vou passar para a senhora um relato que fiz às suas Assistentes Sociais.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Secretária Luciana

Temer.

A SRA. LUCIANA TEMER – Vou começar respondendo ao Vereador Adilson, já me desculpando por alguma falha das minhas Secretárias, porque faço questão de atender a todos que me procuram, não só Vereadores, Deputados, com certeza, mas, também, as entidades e pessoas que me procuram ligadas à área de Assistência Social. Então, peço desculpas porque foi alguma falha de comunicação. Depois, vou prestar atenção ao que o senhor me passou porque, realmente, é inadmissível que se dirijam dessa forma e nessa situação a V.Exa., que sem conhecendo já fazem essa acusação – o que não poderiam fazer nem o conhecendo. Então, vou verificar a situação posta.

Em relação ao Viaduto Bresser e Alcântara – o problema existe nos dois -, o que aconteceu: se configurou, nós herdamos da gestão anterior as chamadas tendas, que foi até uma questão levantada aqui. É um serviço muito precário de assistência social que, simplesmente, oferece banho e um atendimento mínimo para a população em situação de rua, e que precisa ser qualificado. Eu até não critico as tendas, porque elas tiveram um papel a cumprir num determinado momento. Havia uma justificativa, mas agora nós temos que aprimorar esses serviços. Temos que melhorar todos os serviços e esses sim, em especial, porque, de fato, são muito precários. Não pode haver mais serviço de assistência social em baixo de viaduto, porque é insalubre.

Quanto à situação da Bresser e da Alcântara, V.Exa. tem razão. Está se configurando uma situação muito especial. Por isso, nós estamos tratando isso agora de forma especial também.

Eu não sei se os senhores acompanharam a desocupação do Parque D. Pedro. Era uma situação bem complexa, com mais de 200 barracos. Hoje se formou ali uma comunidade embaixo, dentro do Parque D. Pedro. Diante da complexidade da questão, nós fizemos um trabalho muito cuidadoso, que durou uns seis meses. Conseguimos negociar com aquela população uma saída tranquila, colocando as pessoas de acordo com os seus perfis em

equipamentos da Assistência Social. Criamos inclusive outro equipamento, que é a autonomia em foco, que justamente tem essa característica mais autônoma para as famílias que têm um problema muito maior de habitação do que de um acompanhamento mais fino(?) da Assistência Social.

O que nós estamos fazendo? Por coincidência, ontem estive reunida, durante quatro horas, com todos os trabalhadores das tendas Alcântara e Bresser. Na semana que vem, marquei um encontro com os usuários, porque nós vamos fazer essa mesma construção que nós fizemos no Parque D. Pedro. Nós vamos começar a trabalhar essa população que está na Alcântara e Bresser, para lhes oferecer algo mais digno e melhor, atendendo aos dois polos, os munícipes que não estão em situação de rua e que se incomodam com essa situação legitimamente e as pessoas que estão naquela situação, às vezes, durante gerações. Ali há pessoas que estão na quarta geração de rua. Ou seja, nem o pai, nem o filho sequer nunca moraram numa casa. Eles estão há quatro gerações em situações de rua.

Então, nós estamos também nesse esforço muito grande, para atender à Cidade como um todo. Nós não temos que ter um olhar só para a população em situação de rua, e nós não temos que ter um olhar só para as pessoas que não estão em situação de rua. Nós precisamos atender aos dois. Esse tem sido o nosso esforço.

Quero tranquilizá-los. Talvez demore uns seis ou sete meses; mas nós estamos num processo sim de retirada pacífica daquela situação da Alcântara e da Bresser.

Estou à disposição lá, nobre Vereador Adilson Amadeu. Na hora que V.Exa. quiser conversar, nós conversaremos.

Respondendo ao nobre Vereador Aurélio Nomura, vou começar pelas transferências federais. Até estranhei que não tivesse aparecido ainda esse tema, porque eu, de alguma forma, dei causa a esse tema. Havia uma prática de se calcular o orçamento pelo máximo que se pode obter do Governo Federal, o máximo que pode vir. Então, a prática era essa. Quando eu fui elaborar a proposta orçamentária aqui de 2015, como eu sempre me

esforço para me aproximar, o máximo possível, da realidade, trabalhando com dados reais, eu propus a minha área orçamentária que fizesse a proposta, de acordo com o que nós vínhamos efetivamente recebendo do Governo Federal. Então, o que está aqui, como recebimento, hoje em 2015, não é uma projeção do que se pode ter. Pode vir a ter mais do que isso, porque eu posso conseguir mais, mas isso é garantido que eu terei. Então, no orçamento de 2014, eu tenho a projeção do máximo que eu conseguiria. Aqui em 2015, está exatamente o que eu já recebo. Posso vir a receber mais. Isso aqui não é ficção. Isso aqui, de fato, é um dado absolutamente concreto e real.

Em relação ao dinheiro do reajuste no RH, na verdade, nunca a questão do reajuste é prevista orçamentariamente. Nunca se faz a previsão orçamentária do reajuste, no entanto, a gente tem conseguido dar o reajuste, fazendo as contas, ao final, para ver se vai sobrar ou não dinheiro, se é possível.

A contratação dos 300 está prevista aqui.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. SECRETÁRIA – Na parte dos recursos humanos, há 8 milhões de acréscimo, que é justamente para atender a essa área de recursos humanos. Esse acréscimo de 8 milhões é só para o concurso.

Em relação aos CDCs, da mesma forma, o que a gente tem feito? A gente paga aluguel, e a gente tem tentado reduzir os custos. Então, uma boa parte desses CDCs, na verdade, seria transferência de espaços locados. A gente se livraria do valor que paga do aluguel, e poderia fazer um investimento em ampliação de núcleos de convivência do idoso, aproveitando e ocupando os espaços dos CDCs. Então, a estratégia é essa. Não há recurso novo.

Em relação a eu querer mais dinheiro para a Assistência Social, o Comas e o FAS querem mais dinheiro. É preciso muito mais dinheiro para a Assistência Social. Como Secretária, eu tenho que dizer que, como gestora pública, tenho conhecimento do orçamento

total da Prefeitura. Eu sei que se eu puxar mais dinheiro para a Assistência, alguma área vai ficar descoberta também, porque não há mágica. Há realocação de recurso.

Então, como militante da Assistência, sim, podem tirar 200 milhões, 300 milhões e trazer para mim. Como gestora pública, eu sei que, no quadro total, vindo para a Assistência, vai faltar em algum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes, relator.

O SR. RICARDO NUNES – Sra. Secretária, o Vereador Adilson Amadeu está perguntando sobre a tecnologia da Prodam.

A SRA. SECRETÁRIA – Nobre Vereador, nós estamos num esforço muito grande de informatizar toda a secretaria. Se uma pessoa é atendida no CRAS de Itaquera, ela faz lá o registro e é atendida. Se amanhã ela vem para o CRAS de Pinheiros, por qualquer razão, porque ela se mudou para lá, em Pinheiros, não sabem nem quem ela é. Não há nenhum registro. É diferente do sistema do SUS. O sistema nosso do SUAS não é interligado. Quer dizer, a gente não tem uma comunicação. Então, o investimento muito grande é para informatizar todos os CRAS e CREs, para que a gente tenha uma rede única de Assistência Social. Quando a Sra. Maria, que foi a Itaquera, ao chegar em Pinheiros, dá o seu nome e o seu RG, e pronto. Sabem todo o histórico de atendimento da Assistência Social, todos os encaminhamentos, quem ela é e qual é a configuração familiar. Ou seja, o grande investimento que a gente está fazendo é esse, além de outras questões relacionadas ao sistema dos próprios serviços de acolhimento. A gente está procurando informatizar tudo, para dar mais transparência e mais agilidade aos atendimentos.

A Prodam atende-nos lentamente. Qual é o problema da Prodam? Nós somos obrigados a contratar a Prodam de alguma forma, mas ela atende. Ela deve ter as limitações de agilidade. De resto, tudo, no Poder Público, acaba tendo um pouco de dificuldade e agilidade. A Prodam deve ter as dificuldades de agilidade. Eu não tenho nenhuma queixa

específica em relação à Prodam na relação com a secretaria. Agora ela não oferece agilidade que nós gostaríamos de ter nesse processo.

O SR. ADILSON AMADEU – Sra. Secretária, aproveitando só o seu raciocínio, V.Exa. sabe me dizer quem da sua secretaria fala direto com a Prodam?

A SRA. SECRETÁRIA – Quem fala é a Sra. Carol, do observatório. Para essa questão específica da informatização, quem está tratando disso é a coordenadora do observatório social. É ela quem está fazendo a construção.

O SR. ADILSON AMADEU – A minha última pergunta: A Carol ou a Antônia, qualquer funcionária da Secretaria teve, nesse ano, algumas reuniões com a Prodam?

A SRA. SECRETÁRIA – Várias reuniões com a Prodam. Inclusive, eu estive, por duas vezes, com o Presidente da Prodam para tratar dos assuntos da secretaria.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito bem, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sra. Secretária, eu entendo a posição de V.Exa. Só deixo claro que fazendo uma análise geral, nós tivemos, da fonte do Tesouro Municipal, do recurso 00, 925 milhões em 2014 para 950 milhões em 2015. Consta aqui aparentemente um grande aumento, por conta de 30 milhões da receita condicionada. A gente sabe que dificilmente esse dinheiro pode entrar para a Assistência.

Como relator, eu vou sugerir que esses condicionados fiquem em secretarias outras, não na Secretaria do Deficiente Físico, da Segurança Urbana ou da Assistência Social, porque são secretarias que não podem correr o risco de ficar com esse valor condicionado.

Tomo a liberdade para pedir para V.Exa. que alguém da área que cuida da Finanças da secretaria converse com a gente no decorrer no processo, até eu fazer o relatório final do orçamento.

Agradeço muito a presença de V.Exa., do Sr. Fabrício, de todos da Assistência

Social e pessoal do FAS e do Comas. A gente precisa avançar um pouco mais com relação ao orçamento.

Eu estou à disposição, Sra. Secretária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço a Sra. Secretária.

Vou suspender os trabalhos por um minuto, para que a gente possa recompor aqui a próxima audiência.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou passar a presidência ao Vereador Dalton Silvano, para coordenar os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Antônio Silva Pinto, da Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial. Seja bem-vindo, Sr. Secretário. V.Exa. tem dez minutos para apresentação do orçamento. Em seguida, abriremos as perguntas.

- Assume a presidência o Sr. Dalton Silvano.

O SR. ANTÔNIO SILVA PINTO – Boa tarde a todos. Agradeço a “possibilidade de exercer esse momento importante de cidadania, quando a Cidade, a população e os movimentos sociais podem discutir, com o Poder Público, com o Poder Executivo, as ações que são previstas para o ano de 2015”. É o momento de consolidação desse momento de cidadania e de construção das pessoas enquanto cidadãos, participando.

Vou tentar ser o mais breve possível, bastante sintético e apontar as principais ações previstas para 2015 na Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Essa secretaria foi criada pelo Sr. Prefeito Fernando Haddad junto com a Secretaria Municipal de Mulher e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. É uma secretaria jovem. É uma secretaria que passou o seu primeiro ano buscando a sua reestruturação física, a sua estruturação do ponto de vista de gestão e a constituição tanto de recursos humanos, tanto estruturais e para realização da política de Promoção da Igualdade Racial. É uma política já

consagrada no Poder Público. Já há doze anos que o Governo Federal desenvolve políticas de promoção da Igualdade Racial. Já quase 25 anos que a Prefeitura de São Paulo produz políticas de Promoção da Igualdade Racial antes da criação da secretaria, por meio da Cone, Coordenadoria Especial do Negro. Hoje o Sr. Prefeito Fernando Haddad coloca um novo olhar, uma nova possibilidade, no que diz respeito à constituição das políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Após esse momento imenso de estruturação física e do ponto de vista de organização, nós estamos iniciando a construção de alguns programas importantes para a construção da secretaria. Destaco aqui duas ações extremamente importantes, porque elas compõem o plano de metas da Prefeitura de São Paulo nessa gestão. Destaco aqui a implementação da lei federal 10.639, que obriga a implementação de políticas de inclusão do ensino da África, da história dos africanos e da história da composição da cultura afro-brasileira no ensino municipal. Então, essa é uma meta compartilhada com a Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de qualificar o conjunto dos professores, educadores e gestores da rede de ensino, para implementação de uma lei que já completa onze anos e de uma lei que tem sempre tido do Ministério Público o impulso, para que os governos, para que as gestões municipais a apliquem.

Então, é importante dizer que o principal executor dessa meta é a Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que tem um recurso diminuto, é sempre insuficiente. É uma secretaria cuja principal ação é desenvolver política de transversalidade no conjunto das secretarias municipais.

É importante dizer que a existência da Secretaria Municipal de Igualdade Racial não abstém as outras secretarias, de construírem políticas, de desenvolverem políticas sobre a coordenação dessa Secretaria Municipal de Igualdade Racial, tanto é que a política de capacitação de professores tem, nessa secretaria, a gestão dessa política, mas tem, na Secretaria Municipal de Educação, um instrumento importante para construção, organização e

execução dessa ação.

É importante dizer que, nesse ano, a Secretaria Municipal de Educação realizou um conjunto de editais, no sentido de contratação dos profissionais, para se realizar essa qualificação, para iniciar esse processo de qualificação do professorado. Essa é uma ação importante. É importante dizer também agora que nós estamos, nesse momento, assinando um termo de cooperação com o Ministério da Educação, para capacitação, ainda no começo do ano que vem. Há mil e quinhentos professores e gestores, nessa questão da lei 10.739(?), além das parcerias privadas, que nós instituímos agora. Nós acabamos de assinar uma parceria com a Faculdade Sumaré. Com recursos privados, irá colaborar conosco para a construção dessa capacitação, e outras instituições privadas, que têm se somado ao Governo Municipal, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Igualdade Racial, para implementação dessas políticas.

Temos o objetivo, ainda nesse ano, de iniciar o processo de encaminhamento de material de apoio. Nesse ano, já estamos na gráfica, produzindo para distribuição nas escolas municipais o documento, que é a História Geral da África, produzido pela Unesco. Havia um kit de oito volumes. O Ministério da Educação fez um trabalho de redução para dois volumes. Nesse momento, a ideia é a distribuição de material, até o final do ano, para todas as nossas escolas, para suporte, para construção dessa política de Promoção de Igualdade Racial, além dos outros materiais que estão sendo produzidos dentro da própria secretaria, e a partir dessa relação com o Ministério da Educação.

É importante dizer também que para esse ano, nós estamos realizando agora, no começo de novembro, o primeiro congresso na área da Educação para todos os professores, para tratar da implementação da lei, com troca de experiências e fundamentação na construção dessa lei. Haverá(?) no começo do mês de novembro esse conjunto de atividades.

A minha secretaria é responsável, além da produção de políticas de Promoção de Igualdade Racial, no que diz respeito à população negra, também é responsável pela

construção de políticas voltadas para a população indígena na cidade de São Paulo. Há uma dívida histórica da Cidade com essa população. Hoje são cerca de doze mil indígenas na cidade de São Paulo, organizados em cinco comunidades, em cinco aldeias.

A secretaria herdou um conselho municipal de comunidade indígena. Nós temos uma expectativa de, no ano que vem, realizar uma conferência temática, para aprofundamento da elaboração das políticas voltadas para essa ação.

No que diz respeito ao programa de ação afirmativa da secretaria, vale destaque para a implementação de uma lei aprovada por esta Casa. Deixamos aqui o nosso agradecimento ao Poder Executivo por isso. É aquela que implementa a política de quotas no serviço público municipal.

Nesse ano, Sr. Presidente, três concursos foram realizados na cidade de São Paulo, com políticas de quotas. A Secretaria Municipal de Igualdade Racial, a Secretaria de Negócios Jurídicos e a Secretaria Municipal de Planejamento foram responsáveis pela coordenação desses concursos. São concursos que estão sendo realizados e de maneira bastante tranquila e construtiva. Para os senhores terem uma ideia, com quatrocentos e poucos anos da cidade de São Paulo, a Procuradoria do Município contava com apenas três procuradores negros, num universo de 500. E esse ano, tivemos o prazer, no Poder Executivo, de dar posse para mais 14 promotores negros na cidade de São Paulo.

Isso já faz 40 dias – cerca de 40 dias – que esses promotores já estão a serviço da cidade de São Paulo, contribuindo para a Procuradoria do Município de São Paulo no que diz respeito a sua diversidade, e dando sua contribuição na diversidade, para que a Procuradoria possa estar cada vez mais perto dessa população. Então essa é uma ação importante.

Queria convidar os Srs. Vereadores e os senhores munícipes para uma ação que vamos lançar no próximo dia 29. Estaremos lançando junto com o Prefeito Fernando Haddad um fórum chamado Fórum São Paulo Diverso. O que é isso? É um fórum permanente que tem reunido o conjunto das grandes empresas da cidade de São Paulo.

É importante lembrar que já se incorporaram ao fórum empresas como Carrefour, Wall Mart, Google, Camisaria Colombo e várias outras empresas de peso da cidade de São Paulo. Elas constituem o fórum que também terá a participação dos trabalhadores a partir dos sindicatos e centrais sindicais. Assim, poderemos formular ações que possam garantir a implementação da diversidade e, claro, levando em consideração também a questão de gênero, de necessidades especiais, e outras possibilidades em discussão com essas empresas.

O fórum tem recurso à parte de nosso orçamento. É um recurso que veio do BID e que, inclusive, será renovado agora. Então é um recurso que veio de fora da cidade de São Paulo para implementação dessa política pública que tem o apoio de várias entidades, OIT, o Instituto Ethos e o conjunto de outras instituições, É extremamente importante esse recurso para a implementação.

Outro programa importante que compartilhamos com a Secretaria de Direitos Humanos é o Programa Juventude Viva. É um programa articulado pelo Governo Federal que tem, na Prefeitura de São Paulo, um conjunto de ações que estão sendo desenvolvidas e articuladas.

Acabamos de publicar o resultado de um edital que convida a sociedade civil e entidades para realização de atividades que possam refletir sobre a violência e vulnerabilidade da juventude negra, em especial nas periferias da Cidade. Portanto, há um conjunto de ações sendo compactuadas e contratadas nesse momento.

Nesse item, Srs. Vereadores, gostaria ainda de fazer aspas. Esse ano, a cidade de São Paulo e o País se viu diante de fenômenos da juventude que acabaram impactando as nossas ações e também a política pública, e que se iniciaram no momento em que meu antecessor, Vereador Netinho, passou a Secretário. Um deles, os rolêzinhos, é a presença da juventude ocupando os shoppings na cidade de São Paulo.

A nossa Secretaria, ainda na gestão do Vereador Netinho foi responsável pelo

diálogo com essa juventude, garantindo o direito deles, como a cidadania, de continuar frequentando os shoppings – não se tratava de tirá-los do shopping – e de oferecer outras possibilidades de espaços públicos e políticas públicas para que esses eventos, de 5, ou 7, ou 8 mil pessoas, organizados por aquela juventude, pudessem ser realizados em espaços públicos da Cidade.

Desde então – desde a gestão do Vereador Netinho de Paula – temos realizado um conjunto de ações no parque do Ibirapuera, e em vários parques de São Paulo, garantindo o direito dessa juventude de exercer sua ação de lazer, de cultura e de aprimoramento dessas mesmas ações enquanto jovens que são. Então esse é um aspecto importante que vale ser ressaltado.

A partir dessa experiência positiva, o Prefeito, não feliz, nos deu mais uma tarefa que é discutir com a Cidade o outro fenômeno, que tem crescido em São Paulo, que é a realização das festas dos bailes funk nas ruas.

O Prefeito, preocupado em garantir e discutir o direito da juventude em exercer seu espaço de lazer e de diversão, mas também em garantir o direito da população ao descanso e também o direito de ir e vir, entre outras possibilidades, pediu à Secretaria que iniciasse um diálogo com o conjunto de organizadores.

E é importante colocar um número, Sr. Presidente, para que as pessoas possam entender. Depois que o Prefeito nos deu essa tarefa, fizemos um diagnóstico da presença dessas manifestações na Cidade. Identificamos cerca de 600 manifestações de atividades de fluxo ao pancadão na cidade de São Paulo. A média de cada um deles é de cinco a sete mil pessoas, havendo manifestações que reúnem até 15, 20, 30 mil pessoas, o que significa que em todos os finais de semana temos a mobilização de mais de um milhão de jovens, a maioria de periferia, com ação de lazer e diversão e com muita vulnerabilidade no que diz respeito ao consumo de álcool por meninos e meninas, consumo de drogas e outras possibilidades.

Nosso trabalho e nossa discussão foi atrair essa juventude, iniciar o diálogo para

que eles possam ocupar espaços públicos da cidade de São Paulo para realização desses eventos, e em contrapartida a Prefeitura de São Paulo está iniciando um fórum com as secretarias para que se possam desenvolver atividades de cidadania com esses jovens.

Por exemplo, a Secretaria das Mulheres está fazendo um edital para premiação de manifestações culturais de música que possam, ao contrário da maioria, elevar a qualidade da relação com as mulheres. Tratar o tema mulher com a qualidade que desejamos. Então essa é uma ação da Secretaria das Mulheres.

A Secretaria da Saúde está desenvolvendo uma ação para ocupar esses territórios com discussão acerca de drogadição, de sexualidade precoce, HPV e outras possibilidades de debate com a juventude.

A Secretaria do Trabalho está implantando um Centro de Apoio ao Trabalhador, e uma relação com o Pronatec para garantir um pouco de cidadania para essa juventude, pois é essa juventude que aparece nos números de vulnerabilidade na cidade de São Paulo, vítimas de violência. E o entendimento do Governo Municipal é que essas manifestações acabam acontecendo em função da ausência de espaços e eventos culturais na periferia da Cidade.

Esse é um diálogo que tem sido feito com o apoio do Governo do Estado por meio da Polícia Militar. Os Comandantes da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana têm acompanhado, e há um grupo de trabalho de ação sendo desenvolvido nesse aspecto.

Temos também um conjunto de ações que dizem respeito à Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro e Indígena. Estamos destinando para o ano que vem um recurso de 505 mil reais para realização de mapeamento das comunidades tradicionais afro-brasileiras e indígenas. É importante que São Paulo tenha um inventário dessas manifestações. E há um diálogo que estamos fazendo com a SP Turismo e com o Secretário de Cultura Juca Ferreira, no sentido de encaminhar essas manifestações culturais e tradicionais para construir um circuito de turismo na cidade de São Paulo.

Não é possível, Srs. Vereadores, que não possamos transformar as manifestações

de escolas de samba, de religiosidade de matriz africana, as comunidades do samba em possibilidades de fortalecimento econômico inserindo-os na construção de um circuito de turismo na Cidade. Esse é um diálogo que estamos fazendo com a Secretaria Municipal de Cultura e tem o objetivo de ser desenvolvido tanto com a Cultura quanto com a Secretaria do Turismo e a SPTuris.

Há um conjunto de ações e peço desculpas ao Presidente e aos munícipes em função da fala muito rápida por causa do adiantado da hora e para garantir a possibilidade de fala para as pessoas. Há uma centena de ações sendo desenvolvidas, mas o mais importante é saber que estamos partindo de uma realidade de política pública quase zero, muito pequena, e a partir da ação da Secretaria Municipal de Igualdade Racial constituindo um modelo de conjunto de políticas públicas.

É importante dizer que o nosso papel é garantir que as outras secretarias – Cultura, Saúde, etc. – também possam ter políticas de formulação e políticas de igualdade racial voltadas para o fim da desigualdade tanto da população negra como da população indígena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Cumprimento o Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Antonio Pinto, e também cumprimentar meu querido amigo, Vereador Netinho de Paula.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes, Relator da Comissão.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Dalton Silvano que preside esta sessão; cumprimentar o Secretário Antonio Pinto; nosso sempre Vereador Netinho de Paula, Secretário Antonio, verificando a peça, já começamos com 100% de aumento no custo de manutenção do sistema de informação e comunicação, que é para a Prodam.

Como Relator está sendo difícil entender por que está se gastando tanto com a Prodam. E a Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial dobrar o gasto que teve com a Prodam até porque estava previsto, para 2014, 120 mil reais e não se usou nada. E

agora está se propondo para 2015 o dobro disso, 240 mil reais.

Quer dizer, há necessidade de gastar esse recurso? Se verificarmos alguns programas que são desenvolvidos nessa Secretaria, capacitação de professores ou vários outros, é metade do valor que a Secretaria vai gastar só com a manutenção da Prodam. Não sei o que o planejamento está pretendendo com tanto aporte de recurso para a Prodam, que percebemos claramente não ter essa necessidade, esse mau uso do dinheiro público.

Então a primeira questão seria que o senhor pudesse nos explicar o porquê desse gasto, o dobro com a Prodam.

A administração de unidade também cresceu bastante, de 6,6 milhões está indo para 9,582 milhões. Está aumentando 44% com relação à administração de unidade. Desse valor temos 2,629 milhões com custo de pessoal e encargos sociais.

Outra questão é sobre a execução. Estamos observando aqui uma baixa execução. Por exemplo, para a realização de conferências municipais temáticas estavam previstos 300 mil reais. Foram liquidados até 30 de setembro de 2014 somente 20 mil reais.

Para as ações do plano juventude viva estavam previstos 3 milhões de reais. Foram executados, até setembro de 2014, 163 mil. Capacitação de professores da rede municipal de ensino estavam previstos 1 milhão de reais, foram gastos só 50 mil reais.

Ou seja, temos uma baixa execução dos valores aportados na sua Secretaria, que são todos com fonte de recurso 00.

E falando de fonte de recurso 00, que é fonte do tesouro municipal, o senhor comentou em sua fala – quero até parabenizá-lo pela explanação – sobre o projeto juventude viva, que o senhor fala que é junto com o Governo Federal, mas não tem um centavo de recurso da fonte 02, do Governo Federal dentro da Secretaria. Seria importante que para um projeto como esse vossa Secretaria tentasse capitalizar recurso do Governo Federal, que ajudaria bastante.

Então temos previsto para ações do plano juventude viva, 836 mil e 360 reais,

quase 1 milhão de reais sem nenhum recurso do Governo Federal. E sabemos que há no Governo Federal o programa juventude viva. Seria importante se o senhor pudesse nos esclarecer se há possibilidade de diminuir a fonte de recurso 00 para trazer recurso federal dentro do programa juventude viva.

No demais, tendo em vista o adiantado da hora, encerro e volto depois para as considerações finais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente. Cumprimentar nosso Secretário; cumprimentar Netinho, que também foi o fundador, o precursor aí da Secretaria. E dizer que estou abismado: além da baixa realização, como o nosso amigo Vereador Ricardo Nunes falou, se virmos, em nível de liquidação, uma coisa muito insignificante, fico também preocupado porque, na realidade, a proposta orçamentária para o próximo ano também reduz ainda mais. Então é como o senhor já havia falado: para a realização de conferências municipais temáticas, vamos ter 60 mil reais. Isso equivale a menos 80% do orçado deste ano.

Na questão das ações do Plano da Juventude Viva, temos uma variação negativa de menos 72%; capacitação de professores, como o senhor viu, extremamente importante, estamos com uma variação negativa de menos 88%.

Gostaria de louvar o Prefeito, mas ficar abismado porque a Secretaria não terá como fazer absolutamente nada. É essa a realidade.

Então, gostaria de consultar V.Exa. porque acho que... Até consultando nosso Relator, acho que seria motivo de apresentarmos uma emenda, até sabendo a necessidade da ampliação. Está presente o Vereador Netinho, que pode ser o porta-voz dessa questão junto a essa Comissão. Mas estamos vendo que, infelizmente, em vez de avançar nas políticas públicas, nas propostas, estamos vendo minguar, infelizmente, os recursos destinados para esse tipo de ação.

Era essa a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Antes de passar a palavra para o Vereador Netinho de Paula - viu, Vereador Aurélio Nomura? -, quero dar minha contribuição, até para ajudar aí a formular resposta. Parece-me que as verbas que estavam em Capacitação, e que estão reduzidas 88%, que não foram realmente liquidadas nem aplicadas, parece-me que elas foram transferidas para ações... Quero incluir essa pergunta, porque estou vendo aqui: houve crescimento de 13%. Você, tirando Administração da Unidade e Comunicação, de 2,661 milhões para 3,017 milhões, 13,3% e aquelas verbas - até porque quem me ajudou a formular isso foi Netinho, que me disse que, agora, essas ações afirmativas Cultura e Patrimônio Afro-brasileiro e Indígena, elas estão substituindo os recursos de capacitação de professores, 1 milhão e 1 milhão. Mas, Vereador Aurélio Nomura, quero dizer que essa Pasta, realmente, 3 milhões de reais, para o tamanho, para a envergadura daquilo que se propõe para os objetivos da Secretaria - que eu quero parabenizar -, acho muito pouco. E está faltando uma coisa que quero completar, Netinho: na Cidade Tiradentes, acho que há uns dois ou três anos, fizemos o primeiro *show* de música *rap* lá, com vários MCs - inclusive, um deles que tinha atividade mesmo de mão de obra não qualificada, hoje é um dos grandes nomes, é o MC Dedé, que estourou e se iniciou lá no *show* da Subprefeitura. Acho que está faltando aqui haver uma conversa com os Srs. Vereadores para destinar emendas orçamentárias para ajudar nessa manifestação cultural de extrema importância que é a realização de *shows* na periferia.

Com a palavra o Vereador Netinho.

O SR. NETINHO DE PAULA - Muito obrigado, Vereador Dalton Silvano e Srs. Vereadores.

Quero aqui fazer uma explanação de maneira muito isenta, porque fui Secretário, implantei a Secretaria e hoje estou como Vereador na Câmara Municipal e quero, como Vereador, poder fazer a crítica ao Orçamento e ao que o Secretário nos mostra no dia de hoje.

Quero começar dizendo também, Dalton Silvano, que conversamos um pouquinho

antes sobre o que estava acontecendo - viu, Ricardo? - e é de abismar haver cerca de 34% da população do Município de São Paulo - a população negra, 34%, somando negros e pardos, vai dar mais ou menos isso no Município, dá um total de quase 37% no Estado todo - e foi muita coragem do Prefeito implantar uma Secretaria como essa, porque tivemos muito questionamento: "Pô, mas isso aí vai acirrar os ódios, isso aí vai levantar uma coisa que, na Cidade, já não existe; mas não há mais preconceito na Cidade". Mas os números não mostram isso. Então, conseguimos provar, inclusive para a sociedade, em muitos debates aqui com os amigos, a importância dessa Secretaria.

Vi, na fala de vocês, uma preocupação com relação a isso. Mas essa importância não se traduz, no Orçamento, e, muito menos, na maneira como a Secretaria é tratada.

Então, o nosso Secretário não pode falar, porque está no papel de Secretário - mas eu posso... (Risos) quando vamos ao Governo para conversar, para pedir um apoio, para falar o que tem de fazer, é uma luta. Parece que temos de pedir pelo amor de Deus, não é? E não dá para brincar com uma Secretaria com essa, é um assunto muito sério. A população espera isso, a sociedade civil nos cobra isso, as entidades cobram muito de nós isso.

Eu fiquei... Eu ia fazer uma fala aqui, uma fala muito técnica, mas quero me apropriar é da fala de vocês, de Ricardo, de Danton...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Não, não, espera aí!

O SR. NETINHO DE PAULA - Danton Mello. Foi o Presidente que falou...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Quanto ao Presidente, porque ele tem preconceito. "Danton" é que ele foi guilhotinado, entrou na guilhotina, na Revolução Francesa. É Dalton Silvano. "Danton" é que foi na guilhotina. Calma!

O SR. NETINHO DE PAULA - É, como você ainda não foi... (Risos)

Nomura disse exatamente isso, quer dizer, temos dificuldade para executar o pouco Orçamento que temos. Todos nós, está evidente que não dá para trabalhar com esse Orçamento, pelo tamanho do nosso Município, que precisamos.

Então, meu apelo aqui - já que o Secretário não pode falar (Risos), e a cara dele está até queimando aqui... Secretário não pode falar, mas nós podemos falar. Acho que, como Vereador, queria pedir o apoio de V.Exas., no sentido de que pensássemos em tratar o Orçamento da Secretaria de maneira diferente, porque não está sendo tratado assim pelo Governo, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Bem, já vou passar a palavra aqui, que nosso horário está esgotando.

Secretário não pode falar, Netinho de Paulo. É que há muita gente que fala que não há mais discriminação, nós sabemos que tem, não é? E nós que vivemos realmente junto com a parte, eu diria, periférica. Tenho orgulho de dizer isso, não é? Costumamos dizer: no gueto. Mas eu já poderia dizer que o próprio Orçamento está sendo discriminado, não é? (Risos) Se é que posso falar alguma coisa.

O SR. NETINHO DE PAULA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Então, com a palavra, agora, Fábio Siqueira. Depois, Laerte; depois, Cláudio Silva e estão encerradas, então, as inscrições. E, daqui a pouco, teremos a sessão ordinária. Já são 15h e os Srs. Vereadores já podem registrar suas presenças.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado, Vereador Dalton Silvano, Vereador Ricardo Gomes, Vereador Netinho de Paula...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Dalton Silvano presente.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - (Risos) ... E Vereador Aurélio Nomura, demais Vereadores, Conselheiros e Secretário Antonio Pinto, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

As questões são muito tópicas aqui. Estranhamos muito, na fala já apontada pelos Vereadores, não haver um centavo, por exemplo, para o Conselho da população de igualdade racial. Realmente, acho que Sempla não trata com coerência e com reverência o tema aqui da

questão da população negra e da população indígena. Tem de haver um conselho relacionado a essa área, como também não está havendo o Conselho das Mulheres.

Como pode o Cepop fazer as discussões, sem ter elegido os Conselheiros? Parece que foram nomeados pela Secretaria. Isso está errado. A representação não é do Governo, é popular, da população. Então, infelizmente, esse Orçamento do Cepop está viciado por essa irregularidade. Espero que seja corrigido. Já não vai sair em 2015, não, porque não tem a verba aqui. Só se for criada por emenda, por rubrica, apartada.

A questão também relacionada ao Plano Juventude e Vida - e também saúdo aqui os funcionários da galeria, também presentes nessa importante discussão do Orçamento da Secretaria da Igualdade Racial.

É o seguinte, a questão do Programa Juventude Viva: executou 5,4 %. E olha que é um programa federal, alardeado em campanha eleitoral. Quer dizer, de 3 milhões, só 103 (?) mil reais. E com um problema mais grave ainda, que é conceitual: no Plano Plurianual, foi colocada a Secretaria responsável, Secretaria de Segurança Urbana, e não Secretaria da Igualdade Racial - coisa grave, coisa que realmente, envolver juventude com segurança urbana é uma coisa estranha. Acho que tem que ter uma secretaria social e isso ser corrigido no Plano Plurianual porque, realmente, foi um erro do Prefeito Haddad.

Por fim, a dotação do gênero-etnia, que estava até 2013 no programa do fundo municipal da Assistência Social: eu gostaria de saber onde está agora no orçamento da Secretaria de População e Igualdade Racial, visto que a Secretária anterior disse que não está mais com o fundo municipal da Assistência Social.

Por último, o segmento indígena: eu discordo de o segmento estar nessa Secretaria e também acho que a dotação está muito baixa. Não vejo os indígenas presentes. Tem algum aqui? (Pausa) É importante que eles discutam o orçamento de 2015.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Registro a presença do Vereador Coronel

Telhada.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiro, quero cumprimentar os Vereadores e Vereadoras, bem como a todos os presentes.

Realmente, há uma discriminação no país, mas o corpo humano, internamente, é de uma cor só. Mas, infelizmente, há uma discriminação racial. Para termos uma ideia, no Estado de São Paulo, somos 42 milhões de habitantes, comparável à Argentina que tem 41 milhões. Economicamente, se o estado de São Paulo fosse um país, estaria no G-20.

Mas há uma discrepância no Estado porque o trabalhador negro ganha 35 vezes menos que o trabalhador branco, e a trabalhadora mulher chega a ganhar até 45 vezes menos.

Pergunto ao Secretário: dos que usam as cotas raciais 49% desistem por falta de recursos econômicos, abandonando a faculdade.

Também há outra discriminação que é institucional nos meios de segurança: 100% das abordagens militares no Estado de São Paulo e na Cidade 75% são realizadas em pessoas negras, pardas e latinos; dos assassinatos que aconteceram 68% foram vítimas os negros e pardos. É uma violência institucionalizada nos meios de segurança pública e de gestão pública no Estado de São Paulo.

Outra questão é o carnaval, uma festa de manifestação popular. A cidade de São Paulo tem condições de fazer uma grande festa carnavalesca em 2015. A nossa sugestão é que o carnaval de rua se realize por Subprefeituras. Assim, a cidade de São Paulo fará um grande carnaval.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – O último orador é o Sr. Claudio Silva Bocada Forte Hip Hop.

O SR. CLAUDIO SILVA – Boa tarde a todos e todas.

Primeiro, quero fazer minhas as palavras do Vereador Aurélio Nomura, que se

disse horrorizado com a situação orçamentária, de capacidade orçamentária e uma série de outras questões das quais ele falou. Estou horrorizado pela atenção que a câmara tem dado a esse tema. Ficamos o dia inteiro delatando o Orçamento hoje e a câmara disponibilizou 30 minutos para discutir o Orçamento contra o racismo.

O racismo mata no Brasil hoje muito mais do que inúmeros países do mundo que estão em guerra, muito mais o racismo está matando nas periferias do Brasil afora e em São Paulo não é diferente. O Prefeito cria uma secretaria e destina no primeiro Orçamento 11 milhões de reais e contingencia aproximadamente a metade desse Orçamento. Não tem como executar Orçamento Vereador se ele está contingenciado. Outro aspecto que quero levantar é que o Secretário falou de uma série de ações que estão previstas para serem desenvolvidas pela sua Secretaria ou continuadas a partir do início da gestão, mas não falou em nenhum momento do Orçamento que tem, aumentou 800 mil reais, de 11 milhões do ano passado, vai ter 12 milhões para o próximo ano. A política de igualdade racial, é bom que o relator chegou porque precisa estar inteirado disso, no âmbito nacional é vista como uma política que une os povos. Quem são os povos que são unidos pela política de igualdade racial? População árabe-palestina, população judaica, indígena, cigana e negra. Aqui em São Paulo já está distorcida porque só atende a população negra e indígena. O conselho não funciona, a política está passando despercebida tanto na Câmara Municipal como no município como um todo e ainda mais na sociedade civil.

Outro aspecto é que a política racial tem de ser transversal porque o negro, indígena, cigano etc precisam de educação, saúde, cultura, uma série de política que todas as populações precisam. A população branca já é agraciada há 500 anos nesse país com essa política e a população negra ficou fora dela. Nas outras secretarias a gente não vê Orçamento para a política de igualdade racial. O papel do Secretário de Igualdade é coordenar essas políticas em outras Secretarias também que tem Orçamentos mais robustos, como a educação e saúde, por exemplo. Não vemos Orçamento para a igualdade racial em outras secretarias.

Então, peço para o eminente relator, para os Srs. Vereadores que vão votar o Orçamento aqui e que vão opinar sobre ele para ter uma atenção especial para isso porque a Secretaria está sendo negligenciada, é uma Secretaria definitivamente para inglês ver. Não podemos aceitar isso na maior cidade do país, na maior cidade da América Latina. Isso é um acinte, um absurdo, vergonhoso para a nossa cidade com a qualidade de intervenção que temos, com a contribuição que demos para o país ter uma falta de respeito dessa com essas populações que são atendidas pela política de promoção da igualdade racial.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Secretário para as suas considerações finais.

O SR. SECRETÁRIO – Antes de mais nada agradeço as considerações dos nobres Vereadores. Mesmo sendo Secretário concordo que os recursos alocados para a Promoção da Igualdade Racial, tanto na cidade de São Paulo como no País ainda são absolutamente insuficientes. São 400 anos que a população negra trabalhou como escravos e fazem só 120 anos que os negros deixaram o trabalho escravo no Brasil. As demandas são absolutamente gigantescas e certamente os recursos são absolutamente necessários e importantes.

Compreendo a situação da Prefeitura numa situação de redução de recursos, de redução de possibilidade de investimentos é importante colocar isso, no entanto quero concordar com todos de que é necessário aprimorar e ampliar os recursos e ser criativo na busca desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Por questões regimentais, preciso interromper rapidamente para passar a palavra ao Presidente, que vai dar o encaminhamento antes de bater 15h15. Está suspensa a presente audiência pública momentaneamente.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Dalton Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Reaberta a audiência pública, tem a palavra o Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Queria responder ao nobre Vereador que colocou a

questão da Prodam. São duas as questões importantes. A questão da Prodam é importante situar aos munícipes e aos nobres Vereadores que a Secretaria da Igualdade Racial, diferente da Secretaria dos Direitos Humanos - que herdou uma estrutura da antiga Secretaria de Participação e Parceria - ela passou a ser, de fato, construída nesta Legislatura, neste momento é que nós a estamos construindo. O Vereador Netinho iniciou o processo de construção da Secretaria com a locação de espaço, com a constituição da estrutura de recursos humanos; e nós continuamos em curso nessa construção.

Para ter uma ideia, todos os contadores da Secretaria, todos que hoje estão lá, são emprestados da Prodam, e nós iniciamos o contrato de compra e de licitação para essa nova estrutura por meio da Prodam. É importante lembrar que iniciamos a nossa comissão agora para a construção de contrato com a Prodam, ele concluiu este mês. E neste mesmo mês vamos empenhar 102 mil do valor do recurso voltado para a Prodam no sentido de dois elementos importantes: a estruturação da informática da Secretaria; e também a integrar da Secretaria no sistema nacional, no Data CP, que é um instrumento do Governo Federal que tem sido o mapeamento dos indicadores da implementação da política da igualdade racial. Então, o contrato deste ano pressupõe a estruturação e a consultoria para a constituição desse programa e dessa relação.

Queria dizer ao nobre relator de Finanças que nós temos certamente o compromisso de tentar gastar menos do previsto no que diz respeito à estruturação, mas é importante lembrar que se trata de uma Secretaria que está em processo de estruturação. São então necessários recursos para a organização tanto do sistema quanto da implementação do ponto de vista de *hardware* de equipamentos na Secretaria.

No que diz respeito à Juventude Viva...

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, pela oportunidade, para podermos esclarecer. Que a Secretaria necessita de mais recursos, isso para mim está claro. Vamos fazer o possível, até porque o Vereador Netinho de Paula é um defensor, todos da Casa

gostam dele, têm nosso respeito. Estou conhecendo o senhor hoje, evidentemente estreitaremos os laços, mas até pela relação que temos com o Netinho de Paula, merece toda nossa consideração.

Com relação à Prodam, Secretário, aqui não está à implantação do sistema, é só a manutenção, não há equipamentos, e isso vai dar 20 mil reais por mês. O senhor acha plausível pagar 20 mil reais para a Prodam só manter o sistema?

O SR. SECRETÁRIO – Vereador, é importante dizer que, como se trata de uma Secretaria em estruturação, vou citar um exemplo. Todos os técnicos previstos para a manutenção do sistema também estão nesse contrato com a Prodam. Todos os técnicos, implementação de programas tudo está nesse contrato com a Prodam. Repito, eu tenho certamente o objetivo, o compromisso de tentar executar o mínimo possível nas atividades meio para ter maior percentual na execução das atividades “finalísticas”.

Agora, como se trata de um processo em construção, fizemos uma previsão orçamentária para essa estruturação, e quiçá trabalhando com o objetivo da redução dessa ação. Esse é um compromisso que faço com o senhor, que é tentar executar essas atividades com o menor recurso possível.

Com relação ao Programa Juventude Viva, só para dar uma explicação administrativa, como também é uma Secretaria em estruturação, em formação, temos um contrato na Secretaria em que estão alocados recursos administrativos na ação de gestão e administração da Secretaria, que é o contrato com a SPTURIS. Esse contrato, a partir do momento que recebemos as demandas tanto da relação da juventude com o *rolezinho* como das atividades voltadas ao *fluxo e pancadão*, nós utilizamos o contrato com a Prodam para aplicação de um programa de organização de atividades com as ações como *rolezinho e pancadão*. Por isso um crescimento... Por isso um congelamento dos recursos de Juventude Viva, lembrando que há um percentual de contingenciamento, por isso o envio de parte dos recursos para ação afirmativa e outra parte dos recursos para o administrativo para realização

da contratação e realização das atividades.

Para ter uma ideia, dia 23 agora fizemos um pacto com 50 organizadores de *fluxo e pancadão* da região Sul, e conseguimos que se organizassem para a realização de apenas uma atividade, com apoio da Prefeitura, lá naquele espaço do Guarapiranga, ao lado da represa, onde os holandeses ficaram na Copa do Mundo. Então, parte dos recursos previstos nessa ação administrativa foi deslocada do Programa Juventude para a sua realização em função de não ter, e estamos propondo contrato específico para o Programa Juventude Viva.

O SR. RICARDO NUNES – É do lado da minha casa, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Ótimo. Está convidado. (Risos) Srs. Vereadores, temos a maior honra e o prazer de receber apoio, emendas parlamentares e todas as possibilidades para o crescimento dos nossos recursos. E sugiro aplicação de recursos tanto no que diz respeito ao fortalecimento de comunidades, por exemplo, do samba, e há nos bairros, em todas as regiões, e certamente na base social dos Srs. Vereadores há essa possibilidade.

Antes de tudo, quero dizer que serei muito grato, a população e a cidade de São Paulo também, a população negra será grata diante desses recursos, mesmo limitados, e os senhores mesmos apontaram e eu pessoalmente concordo.

No que diz respeito ao Conselho de Promoção da Igualdade Racial, o ato que criou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial alterou esse conselho. Antes havia um conselho do negro na CONE. Este ano, o ato que criou a Secretaria abriu a possibilidade da criação de um novo conselho, Conselho Municipal da Igualdade Racial. Fizemos vários diálogos com a comunidade civil para a implementação do conselho. Digo também que a indicação dos membros da sociedade civil será feita pela sociedade civil e não pelo Governo. Essa é uma... Já há diálogo em curso bastante forte com a sociedade civil. Por que demorou? Porque tínhamos, foi fruto de uma lei desta Casa, o Conselho Municipal Indígena. E houve discussão entre os munícipes, entre os movimentos sociais na questão negra e indígena, se era o caso de fundir os dois conselhos ou não. Respeitando a vontade da comunidade indígena,

decidimos que não, vamos manter o Conselho Indígena, que encerra sua gestão em setembro, final do ano, e iremos fazer uma nova eleição no conselho. É importante informar. Temos a intenção de respeitar.

No conselho haverá participação da sociedade civil e ela fará a indicação da parte da sociedade civil, e o Governo fará a indicação do Governo.

Quanto ao Fundo Social, quero lhes dizer com toda tranquilidade, e até admitindo a minha incompetência, que eu desconhecia. Vou, a partir de hoje, dialogar com a Secretária Luciana para entender de que forma podemos recuperar, podemos discutir com o Prefeito a possibilidade de recuperar essa ação. Confesso a você que eu não tinha conhecimento. Agradeço a informação e as possibilidades.

Outra coisa importante é que no que diz respeito à Juventude Viva. Relator, realizamos agora uma chamada pública para as entidades da sociedade civil com programas, com projetos objetivando o atendimento à juventude, em especial nas regiões de alta vulnerabilidade. O resultado da chamada pública foi concluído agora, de forma que, ainda este mês, realizaremos o empenho e o pagamento dessas ações, complementando as ações previstas no Programa Juventude Viva.

O SR. RICARDO NUNES – Vão ser usados então os três milhões?

O SR. SECRETÁRIO – É. Parte dos recursos foi encaminhado para a administração no sentido de fortalecer o contrato com a SPTURIS para a realização das atividades *rolezinho* e *pancadão*, e os outros 50% serão usados agora com o pagamento da chamada pública, que foi realizada este ano.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, ter rebaixado o orçamento para 836 mil é incoerente?

O SR. SECRETÁRIO – Desculpe, eu não entendi.

O SR. RICARDO NUNES – Ter rebaixado o Orçamento para 2015 para 836 mil é incoerente?

O SR. SECRETÁRIO – Com certeza eu sou parte de um Governo e no Governo há uma discussão mais complexa, que envolve outras secretarias na composição do Orçamento de uma cidade. Mas como pessoa que atua na questão da igualdade racial há 20 anos, como munícipe, como cidadão, eu faço minhas as palavras dos senhores no sentido de que são necessários certamente mais recursos para a implementação da política.

Para ter uma ideia, concordando com o senhor, tenho visitado o Governo Federal. A nossa Secretaria é muito jovem, mas já estamos em profunda discussão no sentido de estabelecer convenio com o Governo Federal para que possa alavancar recursos para a nossa Secretaria.

Em função da pouca estrutura que hoje já se alterou, relator, por exemplo, os recursos vindos do BID vieram de modo direto do BID para que evitássemos a burocracia de convenio, a transferência de recursos. A partir de um programa estabelecido ainda quando o Vereador Netinho era Secretário de Promoção e Igualdade Racial, um conjunto de ações foi diretamente contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Outros recursos federais, que foram conquistados agora no segundo semestre, e em função do processo eleitoral estão sendo contratados diretamente pela Secretaria Nacional da Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial. Isso foi possível para que evitássemos em função do processo eleitoral à limitação da legislação para a transferência de recursos, para que não perdêssemos os recursos e pudéssemos dar celeridade na sua aplicação. Estabelecemos as atividades e o próprio Ministério fez as contratações numa ação direta com a Secretaria. Mas é muito pouco, mas também é importante.

Sou sempre um otimista. Há dez anos, eu tentava convencer a sociedade, o poder público, os governantes de que no Brasil havia um problema de racismo, que no Brasil havia desigualdade racial e muitos, naquele momento, não compreendiam essa questão. Hoje a sociedade brasileira avançou, o Supremo julgou considerando as políticas constitucionais e

hoje tenho a alegria, Srs. Vereadores, de estar aqui neste plenário discutindo política de promoção e igualdade racial, mesmo concordando com o Claudio, da sociedade civil, de que são necessários mais tempo, mais possibilidades. Creio que seja um começo.

Dediquei parte da minha vida para que estivéssemos aqui, hoje, discutindo essa política e neste espaço, que é o Poder Legislativo, o poder fiscalizador e proponente tanto do Orçamento quanto na proposição de leis. Acho que avançamos. Sou um otimista, e apesar de alguma lentidão, nós vamos conquistar. E conquistar até um orçamento maior, políticas maiores, mas acho que se pensarmos que há um ano e meio o Vereador Netinho estava assumindo a Secretaria Municipal da Igualdade Racial, sem estrutura, hoje com meia estrutura, eu acho que estamos avançando. Certamente, terei o prazer de voltar, quantas vezes forem necessárias, e estar com os Srs. Vereadores. Convido-os a conhecer a Secretaria, tanto os senhores quanto os munícipes para que possamos avançar na construção dessas políticas.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Encerradas as palavras do Secretário nas suas considerações finais, quero fazer uma observação. Há secretários que vêm aqui e não querem falar, e o Secretário tem uma volúpia em falar. E também não foram só 30 minutos, ao contrário. Fizemos um entendimento – Netinho – para que não houvesse sessão ordinária para darmos continuidade na audiência pública, o que demonstra que a Comissão de Finanças, além de se juntar ao Secretário e reclamar mais verba, estamos atenta. É importante aprendermos. O Vereador aqui só aprende.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente. O senhor comentou, Secretário, que está havendo negociações com o Governo Federal, mas na peça orçamentária não há o código 02. O senhor acha importante criar o código 02, nem que seja com o valor de um real, para poder, em se concretizando a parceira, aportar recursos ou o senhor acha desnecessário?

O SR. SECRETÁRIO – Acho importante, assumo o erro. Foi um descuido nosso, Vereador. Acho importante, tem o nosso apoio e dialogaremos com a relatoria no sentido de

abrir essa possibilidade.

O SR. RICARDO NUNES – Está bem avançada a conversa? Há estimativa de valor? Tem um projeto pronto?

O SR. SECRETÁRIO – Está, está. Antes de qualquer coisa, o que há é um diálogo para este ano. Este ano vamos receber um convênio para recurso, estamos discutindo com Sempla como alocá-lo na peça orçamentária, um valor simbólico, pequeno.

É claro, vivemos um momento de transição, não sabemos quem será o novo ministro, ministra ou a permanência ou alteração da ministra da Promoção e Igualdade Racial. O que há em nós é a expectativa gigante de discutir tanto com a Secretaria de Igualdade Racial quanto no que diz respeito ao fortalecimento das comunidades culturais, como possibilidade de espaço, de turismo. Iniciamos agora avançamos no diálogo, e é discutir com o Ministério do Turismo aporte para implementar nossas políticas.

Não saberia dizer um número ainda...

O SR. RICARDO NUNES – Como a eleição é domingo, temos um prazo para fazer um relatório, se o senhor puder manter uma relação mais estreita, assim teremos tempo de... Se o senhor não tiver o código na sua dotação, mesmo que o senhor consiga o recurso não vai poder trazer para a sua Secretaria. Tecnicamente, é importante criar o código 02. E então é pedir para sua assessoria fazer contato com a gente e, tomara Deus, o senhor consiga um bom valor do Governo Federal.

O SR. NETINHO DE PAULA – Um aparte na sua fala. É importante dizer que o que aconteceu é que com a implementação dela, ano passado, ainda toda verba de apoio que conseguíamos para essas questões raciais, ela caía na Secretaria de Direitos Humanos porque era um desdobramento da CONE. A gente ainda não tinha o código. E o Governo Federal apoiou a iniciativa, mas não conseguia fazer o aporte direto. Este ano, foi iniciada conversa e o aporte do BID. O dinheiro que o BID deu para a Secretaria foram quase 2 milhões de reais, e foi por intermédio do Governo Federal junto ao BID para que o dinheiro viesse direto, que não

tivesse desvios.

E ainda você tocou num assunto muito importante. Tudo que a Secretaria tem de fazer, como o Claudinho disse, ela depende de agir de maneira transversal. Quando a questão é étnica, tenho que sentar com o Secretário de Educação, e falar: olha, não quer dar uma olhadinha nessa questão, vamos tratar dela juntos? Estou sugerindo isso, mas preciso usar o seu dinheiro. Aí muda tudo, mano! (Risos) É importante que todos saibam dessa dificuldade para que, juntos, possamos estruturar a Secretaria.

Desculpa, Secretário.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, o senhor comentou do Juventude Viva, e está escrito aqui 836 mil reais. Seria importante uma conversa, mais para frente, em relação ao que efetivamente será executado para tentarmos não perder ou diminuir verba no programa que será executado em 2015. Ficaríamos com essas duas pendências, até o final do Orçamento.

O SR. SECRETÁRIO – Agradeço imensamente, nobre relator.

No que diz respeito ao Vereador Netinho, na sua fala, quero saudar a intervenção do munícipe que cobrou da Secretaria, da minha colega anterior, que apesar de ter sido parceira quanto à implementação do programa para a juventude, em especial o *pancadão*, a Secretaria de Assistência Social tem sido parceira. Mas é importante visualizar no Orçamento essas ações. Saúdo a manifestação do nobre colega e agradeço o nobre relator pelas sugestões, que certamente encaminharei.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Não havendo mais inscritos, e encerradas as considerações finais, esta Presidência declara encerrada a 4ª audiência pública do Orçamento da cidade de São Paulo, 2015, tema Secretaria da Promoção da Igualdade Racial.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a audiência.